



**Relatório Anual de Monitoramento do Plano Municipal de Educação**

**2019/EXERCÍCIO 2018**

**Luiz Alves**

**Lei Municipal nº 1614/2015**

**Período**

**2015 a 2024**

**VERSÃO FINAL**

**Luiz Alves, novembro de 2019.**

**RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO****EQUIPE TÉCNICA DO PME (Portaria 357/2019)**

Daniela Wust Schmitz Lourenço

Luana Caroline Deola

Adilson Mário Signorelli

**COMISSÃO COORDENADORA: Decreto nº 183/2018, alterado pelo Decreto 119/2019.**

I – na condição de representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Michele Scaburri Paulo;

b) Cláudia Rath Dal-Ri.

II – na condição de diretoras e coordenadoras das Unidades Escolares Municipais:

a) Valdenice Luciani Roderes;

b) Maria da Glória Furlani;

c) Andréia Tiedt;

d) Cristina Kleine Fritzke;

e) Vivian Steinbach.

III – na condição de presidente do Conselho Municipal de Educação:

a) Daniela Wust Schmitz Lourenço

IV – na condição de representante da Câmara de Vereadores de Luiz Alves:

a) Arlindo Gorges.

**ORGANIZADOR**

Adilson Mário Signorelli

## SUMÁRIO

1. ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO:.....	5
2. METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO .....	6
Meta 1 - Educação Infantil .....	6
Meta 2 - Ensino Fundamental .....	12
Meta 3 - Ensino Médio .....	18
Meta 4 - Educação Especial/Inclusiva .....	23
Meta 5 - Alfabetização .....	30
Meta 6 - Educação Integral .....	33
Meta 7 - Aprendizado na Idade Certa .....	36
Meta 8 - Escolaridade Média.....	42
Meta 9 - Alfabetização e Analfabetismo Funcional de Jovens e Adultos .....	45
Meta 10 - EJA Integrada à Educação Profissional.....	49
Meta 11 - Educação Profissional .....	51
Meta 12 - Educação Superior .....	53
Meta 13 - Titulação de Professores da Educação Superior .....	<u>57</u>
Meta 14 - Pós-Graduação.....	58
Meta 15 - Formação de Professores .....	59
Meta 16 - Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores.....	62
Meta 17 - Valorização do Professor.....	63
Meta 18 – Plano de Cargos e Remuneração .....	65
Meta 20 - Financiamento da Educação.....	68
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	72
Anexo 1 – Metas previstas/alcançadas.....	73
Anexo 2 – Resultados ANA 2016 – Luiz Alves .....	75
Anexo 3 – Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para Luiz Alves – TCE.....	76
Anexo 4 - Tabela da população de 0 a 5 anos de Luiz Alves em 2018 - Vigilância Epidemiológica/SC.....	65
Anexo 5 - Alunos não alunos matriculados no Ensino Médio em Luiz Alves em 2018.....	66
<a href="#"><u>Anexo 6 – Situação dos indicadores.....</u></a>	<a href="#"><u>79</u></a>
<a href="#"><u>Anexo 7 – Situação das estratégias e previsão orçamentária.....</u></a>	<a href="#"><u>81</u></a>

## APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Relatório de Monitoramento da Execução do Plano Municipal de Educação do Município de Luiz Alves referente ao ano de 2018.

O documento apresenta a organização e metodologia do monitoramento, o registro do acompanhamento das metas do Plano Municipal de Educação observadas no período identificado na lei do [PME nº 1614/2015](#), especificamente no ano de 2018, o registro das informações relevantes do processo de monitoramento das metas e estratégias, bem como o registro de outras informações importantes do processo do monitoramento do PME.

Em 2019, a lei 1614/2015 foi alterada pela [Lei 1767/2019](#), de 24 de abril de 2019, alterando metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, que serão consideradas a partir do Relatório de Monitoramento 2020, referente ao exercício 2019.

## ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO:

O monitoramento está organizado da seguinte forma: apresentação das Metas e dos indicadores, meta prevista e meta alcançada, cálculo das metas e fonte de dados.

Em seguida, são apresentadas as estratégias para o alcance de cada meta, o prazo para sua execução, as previsões orçamentárias necessárias e sua classificação em realizada, não iniciada ou em andamento.

Para o monitoramento do PME, foi utilizada a metodologia definida pelo Ministério da Educação por meio da Dicope/SASE, aplicada nas reuniões periódicas da Equipe de Monitoramento.

Os resultados das metas estão baseados em dados oficiais do IBGE, INEP e outros amplamente divulgados, bem como em dados municipais.

É preciso registrar que não há dados oficiais atualizados para o cálculo de todas as metas. As metas 1, 2, 3, 4, 8 e 9 necessitam de dados do Censo Populacional do IBGE, especificamente da população por faixa etária e sua localização urbana ou rural, bem como da população alfabetizada. Por isso, foram utilizadas estimativas populacionais do TCE/SC, ano 2017, que são as estimativas oficiais mais atuais.

As metas e estratégias foram destacadas em cores diferentes para melhor visualizar sua situação, conforme esta legenda:

### 1. Situação das metas:

	: cumprida
	: não cumprida

### 2. Situação das estratégias:

	: realizada
	: não realizada
	: em andamento

## 1. METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO

### Meta 1 - Educação Infantil

**Meta 1A - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e**

**1 B - ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.**

A Meta 1 do PNE trata do acesso das crianças de 0 a 5 anos de idade à educação infantil (EI). Esta meta tem dois grandes objetivos: a universalização da pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do acesso à EI em creches para as crianças de até 3 anos de idade. O primeiro deve ser cumprido até 2016 e o segundo até o final de vigência do PNE, em 2024, ano no qual deverá ser garantido que, no mínimo, 80% das crianças (este percentual está sendo alterado para 50% pela N.T. 006/2017) sejam atendidas em creches. Para o monitoramento desses dois objetivos, foram utilizados os seguintes indicadores:

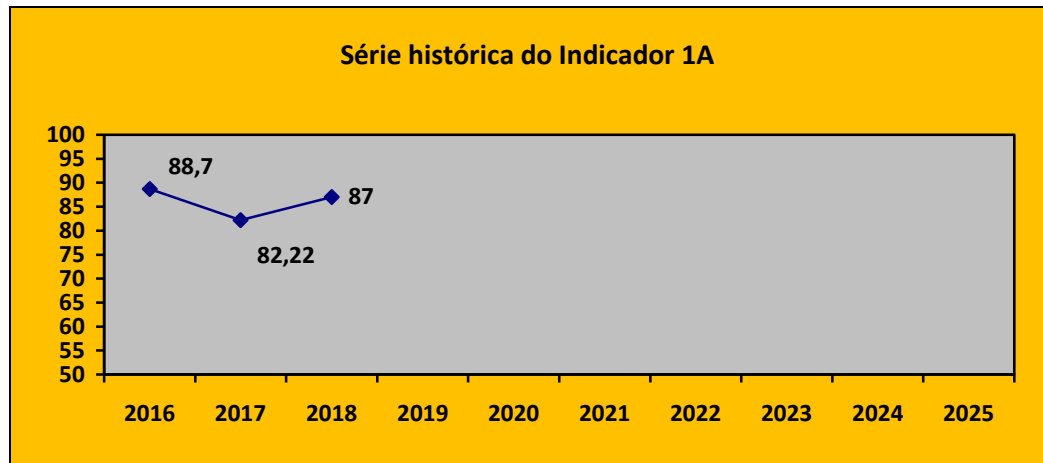
– *Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/ creche (Taxa de atendimento escolar).*

– *Indicador 1B: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/ creche (Taxa de atendimento escolar).* (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE : biênio 2014-2016.

pág.27)

**Análise:** Apesar da oferta disponível de vagas para crianças de 4 e 5 anos nas escolas municipais, o município não atingiu a meta de matricular 100% das crianças nesta faixa etária. Também a meta de matricular em creches 80% das crianças de zero a três anos não foi alcançada. Por ser uma meta alta demais devido à realidade municipal de população preponderantemente rural e da cultura do meio rural de não matricular as crianças em creches, além da distância entre a localização das creches, situadas no meio urbano, e as residências do meio rural, o percentual foi reduzido para 65% pela Lei municipal 1767/2019, que passará a valer para o Relatório de Monitoramento 2020. Também é importante registrar que dá-se prioridade às matrículas, na creche, às crianças cujos pais estão inseridos no mercado de trabalho. Com a inauguração da creche no Braço Elza, prevista para 2020, o município deverá se aproximar mais da meta proposta. Outra medida para alcançar a meta foi a instituição do Comitê de Busca Ativa Escolar ([Decreto 163/2019](#)), para localizar a população de zero a 17 anos que estão fora da escola.

Indicador 1 A	Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola.			
	ANO	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR
META PREVISTA PARA 2016 (%)				
100	2016	Dado oficial	88,70	SINOPSE CENSO ESCOLAR – 2016 - INEP Dados Demográficos da população estimada para 2016
	2017	Dado oficial	82,22	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017</a> – INEP, planilha 1.5 Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para L Alves – TCE
	2018	Dado oficial Considerado	87,00	1. SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018, planilhas 1.8 e 1.12 – INEP
		Dado oficial	80,63	1. Creche e Pré-escola – Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Ano base 2018 – TCE/SC, pag. 34
		Dado oficial	95,94	E-SUS; SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018, planilhas 1.8 e 1.12 – INEP



**Dado oficial apresentado pelo TCE/SC (considera apenas a matrícula na pré-escola)**

**Cálculo**

População de 4 e 5 anos que frequenta escola (pré-escola): 329

População estimada de 4 e 5 anos: 408

=  $329 \times 100 / 408 = 80,63\%$

(Estimativa de população fora da escola: 79)

Tabela 1 – percentual de matrículas da população de 4 a 5 anos de Luiz Alves em 2018

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS 04 A 05 ANOS*	POPULAÇÃO ESTIMATIVA 04 A 05 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	ATINGIU A META 1? (PRÉ-ESCOLA)
Laguna	756	1.139	66,37%	NÃO
Lajeado Grande	33	40	82,50%	NÃO
Laurentino	156	138	113,04%	SIM
Lauro Müller	363	415	87,47%	NÃO
Lebon Régis	320	406	78,82%	NÃO
Leoberto Leal	61	92	66,30%	NÃO
Lindóia do Sul	91	119	76,47%	NÃO
Lontras	322	376	85,64%	NÃO
Luiz Alves	329	408	80,64%	NÃO
Luzerna	107	79	135,44%	SIM

Fonte: Creche e Pré-escola – Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Ano base 2018 – TCE/SC, pag. 34

**Cálculo**

**Dado oficial considerado (dados do INEP 2018) – considerando matrícula na Educação Infantil**

População de 4 e 5 anos que frequenta escola (pré-escola e creche):

a) 26 (matriculados em turmas de creche - Sinopse Ed. Básica, planilha 1.8)

b) 329 (matriculados em turmas de pré-escola - Sinopse Ed Básica 2018, planilha 1.12)

Total = 355

População estimada de 4 e 5 anos: 408 (Creche e Pré-escola – Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Ano base 2018 – TCE/SC, pag. 34)

$355 \times 100 / 408 = 87\%$

(Estimativa de crianças de 4 e 5 anos fora da escola: 53)

**Observação:**

De acordo com o estudo do TCE/SC citado acima, o percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequenta escola considera apenas a matrícula líquida, ou seja as matrículas desta faixa etária na pré-escola, desconsiderando as 26 matriculadas na creche.

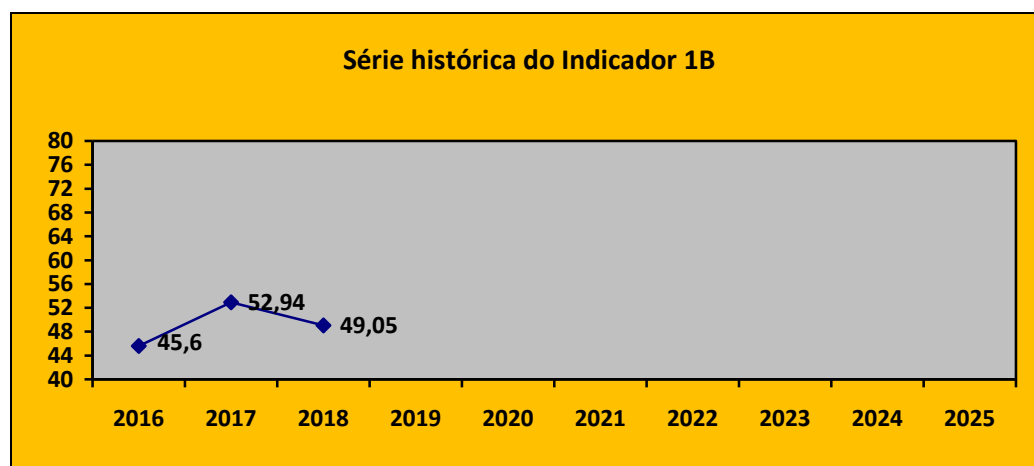
**Dado oficial**

População de 4 e 5 anos (base de dados do E-SUS da Secretaria de Saúde de Luiz Alves em 2019): 370

$$355 * 100 / 370 = 95,94\%$$

(Estimativa de crianças fora da escola: 15)

Indicador 1 B	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.			
	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR	
META PREVISTA PARA 2024	80	2016	Dado oficial 45,60	SINOPSE CENSO ESCOLAR – 2016 - INEP Dados Demográficos da população estimada para 2016
		2017	Dado oficial 52,94	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017</a> – INEP, planilha 1.5 Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para L Alves – TCE
		2018	Dado oficial considerado 49,02	SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018, planilhas 1.8 e 1.12 – INEP
			Dado oficial TCE/SC 45,29	SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018 1. SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018, planilhas 1.8 e 1.12 – INEP 2. Creche e Pré-escola – Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Ano base 2018 – TCE/SC, pag. 17.

**Cálculo****Dado oficial do TCE/SC**

População de 0 a 3 anos que frequenta escola (creche): 303

População estimada de 0 a 3 anos: 669

$$= 303 * 100 / 669 = 45,29\%$$

(Estimativa de crianças não matriculadas: 366)



Tabela 2 – percentual de matrículas da população de 0 a 3 anos de Luiz Alves em 2018.

MUNICÍPIO	MATRÍCULAS ATÉ 03 ANOS*	POPULAÇÃO ESTIMATIVA ATÉ 03 ANOS	TAXA DE ATENDIMENTO	DENTRO DO PERCENTUAL DA META 1?
Laguna	742	2.013	36,88%	Fora do mínimo
Lajeado Grande	-	55	0,00%	Fora do mínimo
Laurentino	218	294	74,15%	Dentro do mínimo
Lauro Müller	317	718	44,15%	Fora do mínimo
Lebon Régis	210	768	27,42%	Fora do mínimo
Leoberto Leal	53	145	36,55%	Fora do mínimo
Lindóia do Sul	95	180	52,78%	Dentro do mínimo
Lontras	415	623	66,61%	Dentro do mínimo
Luiz Alves	303	669	45,29%	Fora do mínimo

Fonte: Creche e Pré-escola – Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Ano base 2018 – TCE/SC, pag. 17

#### Dado oficial considerado (dados do INEP 2018) – considerando matrícula na Educação Infantil

População de 0 a 3 anos que frequenta escola:

- a) 303 (matriculados em turmas de creche – Sinopse, planilha 1.8)
  - b) 25 (matriculados em turmas de pré-escola – Sinopse, planilha 1.12)
- total = 328

População estimada de 0 a 3 anos: 669 (Creche e Pré-escola – Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Ano base 2018 – TCE/SC, pag. 17)

$$328 * 100 / 669 = 49,02\%$$

(Estimativa de crianças de 0 a 3 anos não matriculadas: 341)

#### Observação:

De acordo com o estudo do TCE/SC citado acima, o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequenta escola considera apenas a matrícula líquida, ou seja a matrícula desta faixa etária na creche, desconsiderando as 25 matriculadas na pré-escola.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
1.1	2016	Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão da Rede Municipal de Ensino de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1018	REALIZADA Estão em construção uma escola de 12 salas e uma creche projeto 2 convencional, ambas padrão FNDE. Foi cadastrada construção de uma creche tipo 2 na localidade de Rio do Peixe e também há estudos para implantar creche no Ribeirão Máximo.

1.2	2024	Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Prioriza-se a matrícula em creches de crianças cujos pais trabalham e sejam de baixa renda.
1.3	2024	Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por Creche para a população de até 03 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no Município.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
1.4	2015	Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por Creches.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O mecanismo definido foi a consulta no site da prefeitura.
1.5	2024	Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, respeitando as normas de acessibilidade, o Programa de Construção e Reestruturação de Escolas de Educação Infantil, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1018	REALIZADA Conforme estratégia 1.1
1.6	2024	Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da Educação Infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
1.7	2024	Manter e expandir, conforme necessário, a oferta de matrículas gratuitas em Creches na Rede Municipal de Ensino.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1.018	REALIZADA
1.8	2024	Incentivar a formação inicial dos profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.064	REALIZADA
1.9	2024	Assegurar, durante a vigência deste plano, a oferta de formação continuada aos profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, possibilitando periodicamente cursos, seminários e grupos de estudos que atendam as reais necessidades e peculiaridades desta etapa de ensino.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.064	REALIZADA
1.10	2024	Articular-se com Instituições de Ensino Superior, Pós-Graduação, Núcleos de Pesquisa e Cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de Currículos e Projetos Político-pedagógicos que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de zero a 05 (cinco) anos.	NÃO SE APLICA	REALIZADA

1.11	2024	Fomentar o atendimento às populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1018	EM ANDAMENTO Projeto de construção da creche de Rio do Peixe, Braço Elza e no Rib. Máximo (oferta para crianças de 3 anos)
1.12	2024	Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA Atendimento em contraturno na EAMEE, além do segundo professor e atendimento em clínicas especializadas.
1.13	2024	Viabilizar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade.	NÃO SE APLICA	REALIZADA As ações são realizadas pelas Secretarias da Saúde e Assistência Social.
1.14	2024	Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de zero a 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do(a) aluno(a) de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1.018	REALIZADA Prima-se pela qualidade dos materiais pedagógicos, infraestrutura física e capacitação dos profissionais.
1.15	2024	Articular a transição da Creche para o Pré-Escolar e do Pré-Escolar com o Ensino Fundamental, promovendo momentos de diálogo entre os profissionais da educação (Assistente Técnico Pedagógico, Coordenadores e Diretores) e Professores envolvidos nas referidas etapas de ensino, a fim tornar menos traumática esta transição, assim como promover a preparação das crianças.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Ocorre mais articulação entre pré-escola e ensino fundamental e menos entre creche e pré-escola.
1.16	2024	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
1.17	2024	Estabelecer, em parceria com a Secretaria da Saúde e Assistência Social, levantamento de crianças com idade escolar na Educação Infantil, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 (três) anos de idade.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Foi realizado levantamento pelas Agentes Comunitárias de Saúde de crianças de 0 a 3 anos cujas famílias desejavam matricular em creches.

1.18	2024	Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta na Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento nesta etapa de Ensino.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
1.19	2024	Assegurar o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de zero a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.062	EM ANDAMENTO
1.20	2024	Assegurar, durante a vigência deste plano, às instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, o fornecimento de materiais pedagógicos de qualidade, adequados às faixas etárias, e às necessidades do trabalho educacional.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.062	REALIZADA
1.21	2024	Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.062	REALIZADA
1.22	2024	Criar Lei que trata do número de estudantes/professor por turma.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
1.23	2024	Garantir durante a vigência deste plano, alimentação escolar de qualidade para as crianças atendidas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, através da colaboração financeira da União.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.052	REALIZADA
1.24	2016	Autorizar, a partir da aprovação deste plano, somente a construção de novas instituições de Educação Infantil que obedçam aos padrões de infraestrutura estabelecidos na Legislação em vigor.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1.018	REALIZADA
1.25	2024	Elaborar até o 2º (segundo) ano de vigência deste plano, a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, assegurando o desenvolvimento das linguagens e respeitando os valores culturais e artísticos nesta etapa de ensino.	NÃO SE APLICA	REALIZADA

## Meta 2 - Ensino Fundamental

**Meta 2 A - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e**

**2 B - garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.**

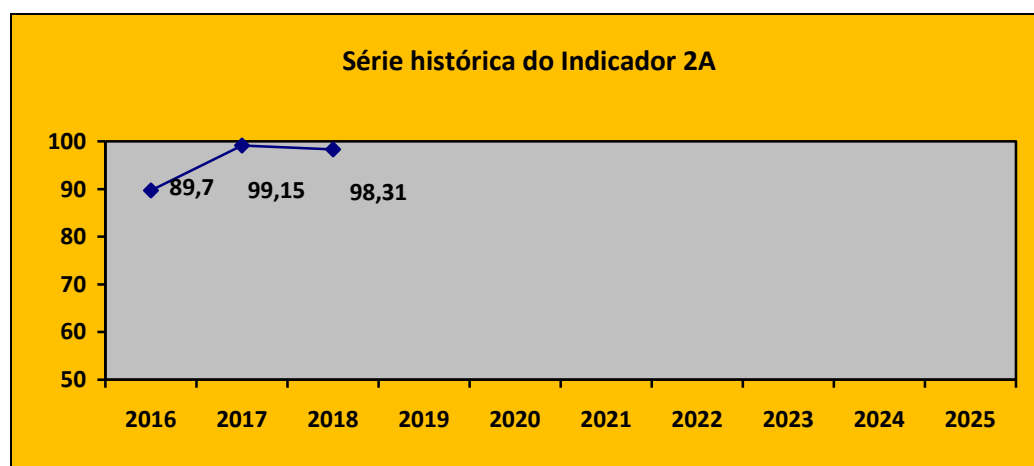
A universalização do acesso ao ensino fundamental (EF) e a conclusão dessa etapa na idade recomendada são os objetivos da Meta 2 do PME. O prazo para o cumprimento desses objetivos estende-se até 2024, último ano de vigência do atual Plano. Em relação ao EF, o atual PME destaca, então, mais do que apenas o acesso à escola da população-alvo – 6 a 14 anos –, mas também o acesso e a conclusão dessa etapa na idade recomendada. Para o monitoramento dos dois objetivos centrais dessa meta, foram considerados os seguintes indicadores:

– *Indicador 2A: Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que frequentam ou que já concluíram o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).*

– *Indicador 2B: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído. (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE : biênio 2014-2016. pág.51)*

**Análise:** Com o percentual alcançado de 98,31% da população de 6 a 14 anos na escola e levando-se em consideração que a população atual é uma estimativa, pode-se considerar que o município atingiu a meta de universalizar o ensino para esta faixa etária.

Indicador 2 A	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.			
	ANO	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR
META PREVISTA PARA 2024				
100	2016	Dado oficial	89,70	INEP – Censo da Educação Básica 2016 - Estimativas da População Residente nos Municípios Brasileiros com data de Referência em 1º julho 2016 Estimativa do IBGE para a população residente, por município, em 2016 - Encaminhada ao TCU.
	2017	Dado oficial	99,15	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017</a> – INEP Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para L Alves – TCE
	2018	Dado oficial	98,31	1. <a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018</a> , planilhas 1.12, 1.18, 1.23 e 1.28 - INEP 2. <a href="#">Anexo 5 – Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para Luiz Alves – TCE/SC</a>



### Cálculo

#### Dado oficial

População de 6 a 14 anos (tabela TCE 2017): 1662

População de 6 a 14 anos que frequenta escola:

a) 40 (matriculados na pré-escola – sinopse 2018, planilha 1.12)

b) 921 (matriculados nos Anos Iniciais – sinopse 2018, planilha 1.18) + 667 (matriculados nos Anos Finais – sinopse 2018, planilha 1.23)

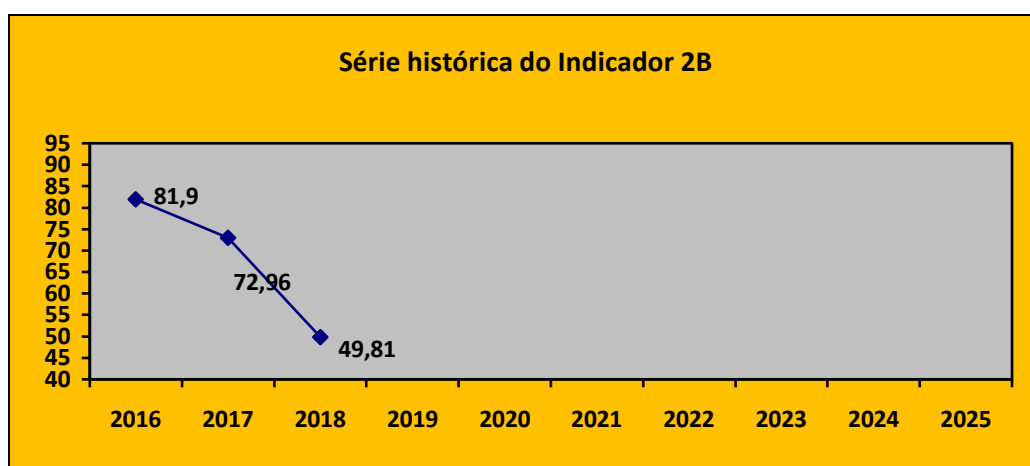
c) 6 (matriculados no Ensino Médio – sinopse 2018, planilha 1.28)

Total = 1.634

$$1634 * 100 / 1662 = 98,31\%$$

(Estimativa de população de 6 a 14 fora da escola: 28)

Indicador 2 B	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.			
	ANO	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR
META PREVISTA PARA 2024  95	2016	<b>DADO OFICIAL</b>	<b>81,90</b>	INEP – Censo da Educação Básica 2016 - Estimativas da População Residente nos Municípios Brasileiros com data de Referência em 1º julho 2016 Estimativa do IBGE para a população residente, por município, em 2016 - Encaminhada ao TCU.
	2017	<b>DADO OFICIAL</b>	<b>72,96</b>	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017</a> – INEP Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para L Alves – TCE
	2018	<b>DADO OFICIAL</b>	<b>49,81</b>	População residente segundo Faixa Etária detalhada, Município: 421000 Luiz Alves - Período: 2000 e 2010 ( <a href="http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsc.def">http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popsc.def</a> ) Alunos do Ensino Médio com 16 anos em 2018. Alunos concluintes do Ensino Fundamental com 15 anos em 2017 não matriculados no Ensino Médio em Luiz Alves em 2018.



**Observação:** visando aproximação maior com a realidade, a partir deste relatório foram adotados os seguintes dados para o cálculo do Indicador 2B: a) matriculados em 2018 no Ensino Médio com 16 anos e b) concluintes do Ensino Fundamental com 15 anos em 2017 não matriculados no Ensino Médio em Luiz Alves em 2018.

A tabela do TCE/SC de estimativa da população do município não traz a faixa etária de 16 anos. Foi encontrada a população através do cálculo de estimativa populacional pelo método aritmético, utilizando-se a fórmula  $P_{2018} = P_0 + Ka.(t-t_0)$  e  $Ka = P - P_0 \div t - t_0$ , onde  $P_0$  = população inicial,  $Ka$  = coeficiente de variação da população,  $P$ = população final,  $t_0$  = tempo inicial e  $t$  = tempo final.

Cálculo da população de 16 anos em 2018:

População de 16 anos em 2000 ( $P_0$ )=163

População de 16 anos em 2010 ( $P$ )=222

. $t_0$ =2010

. $t$ = 2000

$Ka = P - P_0 \div t - t_0$

$Ka = 222 - 163 \div 2010 - 2000$

$Ka = 5,9$

$P_{2018} = P_0 + Ka.(t-t_0)$

$P_{2018} = 163 + 5,9.(2018-2000)$

$= 163 + 106,20$

**$P_{2018} = 269,20$**

Para calcular a população de 16 anos de idade com pelo menos o Ensino Fundamental concluído, foi utilizada a lista de alunos concluintes do Ensino Fundamental em 2017 com 15 anos (portanto, nascidos em 2002) fornecida por todas as escolas que ofertam Anos Finais do Ensino Fundamental, e a relação dos alunos matriculados no Ensino Médio com 16 anos em 2018 (ou seja, nascidos em 2002). Foram somadas as matrículas do Ensino Médio e a relação de alunos que concluíram o Ensino Fundamental não matriculados no Ensino Médio em 2018 em Luiz Alves.

#### Cálculo:

#### Dado oficial

População com 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental completo:

a) Quantidade de alunos com 16 anos (nascidos em 2002) matriculados no Ensino Médio em 2018: **115**

b) Quantidade de alunos com 16 anos (nascidos em 2002) concluintes do Ensino Fundamental em 2017 não matriculados no Ensino Médio em Luiz Alves em 2018: **19**

**Total: 134**

População estimada de 16 anos: 269

População de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído:

**$134 * 100 / 269 = 49,81\%$**

(Estimativa de população de 16 anos sem ensino fundamental concluído: 133)

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
2.1	2024	Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
2.2	2024	Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental.	NÃO SE APLICA	REALIZADA São oferecidas turmas de reforço para acompanhamento mais individualizado
2.3	2024	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando estabelecer condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de Assistência Social e Saúde.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Bimestralmente, as escolas informam a frequência dos beneficiários do BFA. Procura-se encontrar os alunos não localizados através do SISGESC, do Educacenso e do Busca Ativa Escolar. A baixa frequência é comunicada ao setor responsável pelo Programa Bolsa Família.



2.4	2024	Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Pelo <a href="#">Decreto 163/2019</a> , de 14/08/2019, foi instituído o Comitê de Busca Ativa Escolar.
2.5	2024	Disponibilizar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial e das escolas do campo. (Alterada pela NT 1/2016)	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	NÃO REALIZADA
2.6	2024	Fomentar a distribuição e uso de recursos tecnológicos no processo educacional, através da elaboração de um plano que contemple a inserção gradativa destes.	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO Foi aberta licitação para aquisição de projetores para instalação em todas as salas de aula.
2.7	2024	Disciplinar, no âmbito do Sistema de Ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas do Município.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Não existe no município esta condição de sazonalidade.
2.8	2024	Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	NÃO SE APLICA	REALIZADA É oferecida participação na Banda Municipal, fanfarra e orquestra de acordeão.
2.9	2024	Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias e promover e fortalecer ações, visando à integração entre escola, família e comunidade.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Ações como o dia da família na escola e outras atividades que envolvem a participação dos familiares.
2.10	2024	Garantir o acesso, permanência e conclusão dos alunos do campo, bem como a formação de profissionais para atuação nessas comunidades, priorizando profissionais da localidade.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	REALIZADA
2.11	2024	Oferecer atividades complementares aos estudantes, ligadas às artes e ao esporte como incentivo e estímulo ao desenvolvimento de suas habilidades.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	REALIZADA É oferecida participação na Banda Municipal, fanfarra e orquestra de acordeão, futsal, capoeira, caratê, ballet, voleibol etc.
2.12	2024	Manter as formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	REALIZADA As escolas atendem a filhos



		caráter itinerante.		de circenses que passam pelo município esporadicamente
2.13	2024	Efetivar, com as áreas de Saúde e Assistência Social, rede de apoio ao Sistema Municipal de Ensino para atender o público da Educação Especial.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA O público da Educação Especial é atendida exclusivamente pela Sec. Educação na EAMEE
2.14	2024	Garantir o acesso e permanência dos alunos na educação pública, com acesso ao transporte escolar com segurança, material escolar e esportivos, laboratórios de informática e espaços de leitura, visando a inclusão das diferentes etnias, com suficiência, diversidade e controle periódico. (Alterada pela NT 001/2017)	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054, 2.057,2059, 2062,2066,2067.	REALIZADA Apesar de faltar laboratórios de informática.
2.15	2024	Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.052	REALIZADA
2.16	2024	Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054 e 2062.	EM ANDAMENTO Não há comunidades bilíngues ou multilíngues no município. Há acesso à internet para auxiliar no planejamento de aulas e de atividades pedagógicas, além de recursos como datashow.
2.17	2024	Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino e aprendizagem.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	REALIZADA Não há profissionais especializados nem bibliotecas, apenas salas de leitura. Porém, todas as escolas têm acervo literário.
2.18	2024	Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo para escolas nucleadas ou para a cidade.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Em sua grande maioria, os alunos dos anos iniciais estão matriculados nas escolas em suas localidades.
2.19	2024	Monitorar os índices de distorção idade/série, com o objetivo de promover ações para redução dos mesmos com qualidade.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
2.20	2024	Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de	PPA 2017/2021	REALIZADA

		colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no Ensino Fundamental.	– Lei 1684/2017 Ação 2.054	
2.21	2016	Elaborar, até o 2º (segundo) ano de vigência deste plano, a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, assegurando a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
2.22	2024	Manter a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1019	REALIZADA A educação é inclusiva. As escolas são adaptadas às pessoas com deficiência física, de acordo com a necessidade.
2.23	2024	Aprimorar o atendimento das pessoas com necessidades especiais na Escola Municipal de Atendimento à Educação Especial - EAMEE, através de mais profissionais de apoio.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA
2.24	2024	Garantir o cumprimento da orientação do Conselho Municipal de Educação em relação ao número de matrículas mínima e máxima por turma, evitando prejuízos ao aprendizado dos alunos, garantindo boas condições de trabalho ao professor e suprimindo as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
2.25	2024	Articular a transição do 5º (quinto) para o 6º (sexto) ano, promovendo momentos de diálogo entre Assistente Técnico Pedagógico, Coordenadores/Diretores e Professores envolvidos nos referidos anos de ensino, a fim de tornar menos traumática esta transição e de diminuir os índices de reprovação das turmas de 6º (sexto) ano.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Ocorre na EBM Prof. Rafael Rech, em que há anos finais do Ensino Fundamental. Porém, não acontece nas escolas de anos iniciais.
2.26	2024	Assegurar durante a vigência deste plano, a oferta de formação continuada aos profissionais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, possibilitando periodicamente cursos, seminários e grupos de estudos que atendam as reais necessidades e peculiaridades desta etapa de ensino.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.056	REALIZADA
2.27	2024	Manter periodicamente adequação, reforma, ampliação e/ou manutenção das escolas, com garantia de condições adequadas de segurança, conforto ambiental, climatização, aterramento elétrico e acessibilidade para alunos, funcionários e público em geral.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054 e 1019.	REALIZADA

### Meta 3 - Ensino Médio

**Meta 3A - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e**

**3 B - elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).**

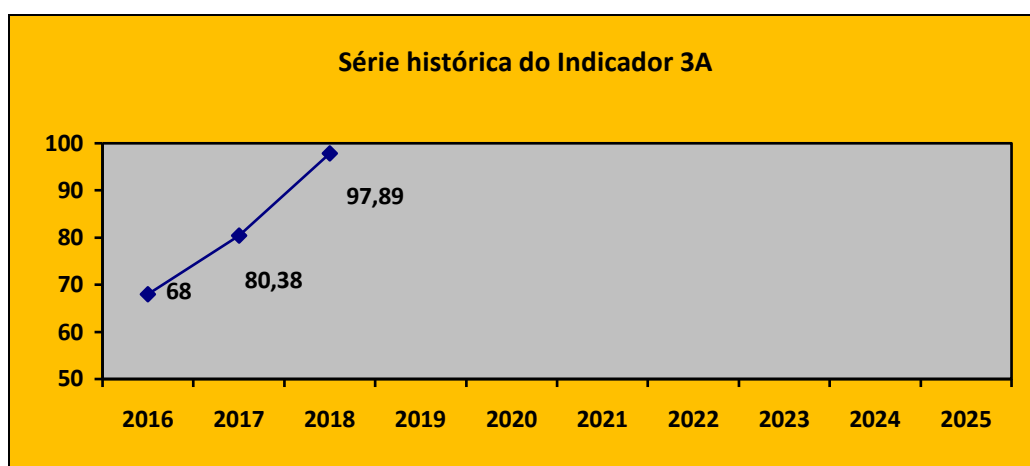
O monitoramento da Meta 3 do PME leva em consideração que esta é estruturada em dois objetivos distintos, mas diretamente articulados. Em curto prazo, a meta visa à universalização do acesso à educação para a população de 15 a 17 anos de idade, de modo que, no ano de 2016, a totalidade dos jovens na referida faixa etária tivesse o direito à educação escolar garantido. Acredita-se que este direito seja garantido pelo município, pois há vagas disponíveis no Ensino Médio e

que o não alcance da meta esteja relacionado a outros motivos que desmotivem ou impeçam os jovens de cursar Ensino Médio.

A tal objetivo é agregado o de adequação idade-série, que tem como finalidade a ampliação do percentual dos jovens entre 15 e 17 anos que frequentam o ensino médio (EM), a fim de que, no ano de 2024, a taxa líquida de matrículas nessa etapa seja de 90%. (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág.73)

Análise: O Dado oficial demonstra que o município está muito próximo de alcançar a meta. Percebe-se uma evolução crescente desde o início do PME.

Indicador 3 A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.			
	META PREVISTA PARA 2016	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
100	2016	DADO OFICIAL	68	INEP – Censo da Educação Básica 2016 - Estimativas da População Residente nos Municípios Brasileiros com data de Referência em 1º julho 2016 Estimativa do IBGE para a população residente, por município, em 2016 - Encaminhada ao TCU.
	2017	DADO OFICIAL	80,38	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017</a> – INEP Planilhas 1.23 e 1.28 Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para L Alves – TCE
	2018	DADO OFICIAL CONSIDERADO	97,89	1. SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018 - Número de Matrículas na Educação Básica, planilhas 1.23, 1.28 e 1.37 2. Estimativa populacional Luiz Alves – TCE 3. Relação de alunos usuários de transporte escolar intermunicipal em 2018 – Secretaria Municipal de Educação.
	2018	DADO OFICIAL	96,67	1. SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018 - Número de Matrículas na Educação Básica, planilhas 1.23, 1.28 e 1.37 2. Estimativa populacional Luiz Alves – TCE



#### Dado oficial considerado

População de 15 a 17 anos: 571 (TCE 2017)

População de 15 a 17 anos matriculada no Ensino Fundamental, Médio e EJA em 2018:

+ Ensino Fundamental: 149

+ Ensino Médio em Luiz Alves: 384

+ Ensino Médio em outras cidades: 06

+ EJA: 19

+ Ensino Superior: 1

Total: 559

$559 * 100 / 571 = 97,89\%$

(população de 15 a 17 anos fora da escola: 13)

**Cálculo****Dado oficial**

População de 15 a 17 anos: 571 (TCE 2017)

População de 15 a 17 anos matriculada no Ensino Fundamental, Médio e EJA EM 2018:

+ Ensino Fundamental: 149

+ Ensino Médio em Luiz Alves: 384

+ EJA: 19

Total: 552

 $552 * 100 / 571 = 96,67\%$ 

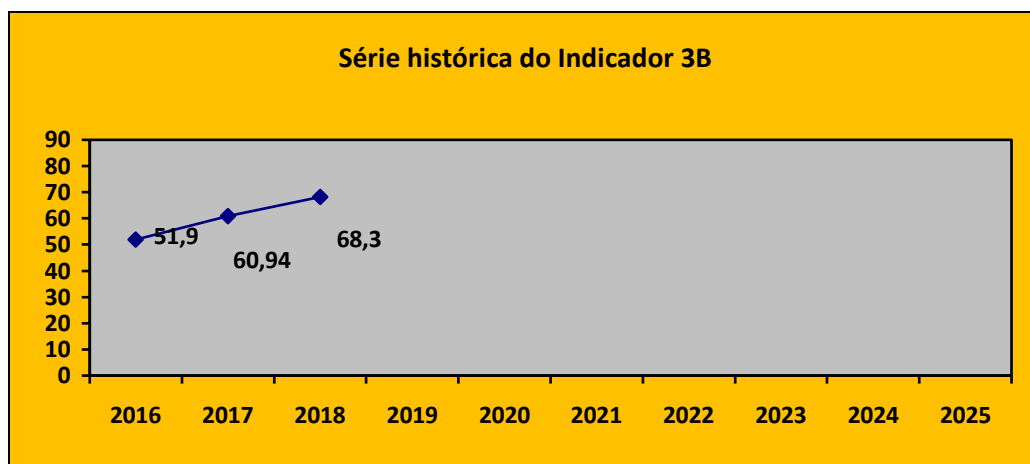
(população de 15 a 17 anos fora da escola: 19)

Tabela 3 - Alunos de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio em outros municípios em 2018

NOME	Colunas1	CURSO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	LOCAL DA INSTITUIÇÃO
ELLEN CAROLINE MITTELMANN	28/03/2002	QUÍMICA INTEGRADO ENSINO MÉDIO		IFSC	GASPAR
MATHEUS MULLER	10/10/2000	INFORMÁTICA	ENS MÉDIO	SENAI	BLUMENAU
VINICIUS MARANGONI	08/02/2002	ENSINO MÉDIO TÉCNICO EM QUIMICA	MEDIO TÉCNICO	SENAI	BNU
MARIA GABRIELA GESSER	29/04/2000	ENSINO MÉDIO		ETEVI	BLUMENAU
RAFAELA SPÉZIA	22/02/2003	ENSINO MÉDIO		VISÃO	BLUMENAU
MARIA LUISA DERETTI	18/01/2001	ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO	BOM JESUS	BLUMENAU

Fonte: Relatório de alunos que utilizam transporte intermunicipal em 2018 – Secretaria Municipal de Educação

Indicador 3 B	Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos		
	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
90	2016	<b>Dado oficial</b> <b>51,90</b>	INEP – Censo da Educação Básica 2016 - Estimativas da População Residente nos Municípios Brasileiros com data de Referência em 1º julho 2016 Estimativa do IBGE para a população residente, por município, em 2016 - Encaminhada ao TCU.
	2017	<b>Dado oficial</b> <b>60,94</b>	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR</a> 2017- INEP. Planilha 1.28 Estimativa populacional 2017 de 0 a 17 anos para Luiz Alves – TCE
	2018	<b>Dado oficial considerado</b> <b>68,30</b>	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR</a> 2018 1. Número de Matrículas na Educação Básica Planilha 1.28 2. Relação de alunos usuários de transporte escolar intermunicipal em 2018 – Secretaria Municipal de Educação.
		Dado oficial 67,25	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR</a> 2018 1. Número de Matrículas na Educação Básica Planilha 1.28



A Taxa de **Escolarização Líquida** representa a razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (15 a 17 anos) para estar cursando o Ensino Médio e a população total na mesma faixa etária.

**Cálculo:**

População de 15 a 17 anos: 571 (TCE/2017)

População de 15 a 17 anos matriculada no Ensino Médio (em Luiz Alves): 384

Alunos de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio fora de Luiz Alves: 6

Total: 390

$390 \times 100 / 571 = 68,30\%$

Tabela 4 - Alunos de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio em outros municípios em 2018

NOME	Colunas1	CURSO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	LOCAL DA INSTITUIÇÃO
ELLEN CAROLINE MITTELMANN	28/03/2002	QUÍMICA INTEGRADO ENSINO MÉDIO		IFSC	GASPAR
MATHEUS MULLER	10/10/2000	INFORMÁTICA	ENS MÉDIO	SENAI	BLUMENAU
VINICIUS MARANGONI	08/02/2002	ENSINO MÉDIO TÉCNICO EM QUIMICA	MEDIO TÉCNICO	SENAI	BNU
MARIA GABRIELA GESSER	29/04/2000	ENSINO MÉDIO		ETEVI	BLUMENAU
RAFAELA SPÉZIA	22/02/2003	ENSINO MÉDIO		VISÃO	BLUMENAU
MARIA LUISA DERETTI	18/01/2001	ENSINO MÉDIO	ENSINO MÉDIO	BOM JESUS	BLUMENAU

Fonte: Relação de alunos que utilizam transporte escolar intermunicipal em 2018 – Secretaria Municipal de Educação

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
3.1	2016	Apoiar a institucionalização de política e programa estadual para o Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município está disposto a apoiar a iniciativa do estado neste sentido.
3.2	2017	Acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos de Ensino Médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município está disposto a apoiar a iniciativa do estado

		vistas a garantir formação básica comum, elaborada pelo Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados até o 2º (segundo) ano de vigência deste PME.		neste sentido
3.3	2024	Pactuar, entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de que § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O Município implantou a BNCC.
3.4	2024	Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município fornece transporte escolar para viagens de estudo e de visitas, coordena e dá apoio de transporte, alimentação e profissionais para a realização anual dos jogos escolares. Além disso, há convênio com a AECLA para atividades esportivas e culturais e oferta de curso de música nas escolas (orquestra de acordeão, banda municipal e fanfarras).
3.5	2024	Criar ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	REALIZADA Há aulas de reforço para alunos com rendimento escolar defasado, mas não há progressão parcial.
3.6	2024	Apoiar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do Ensino Médio, articulando com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição do conhecimento e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município fornece transporte aos alunos que realizam a prova do ENEM.
3.7	2024	Em regime de colaboração com o Estado, acompanhar e monitorar o acesso da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município monitora e registra a frequência dos jovens beneficiários do BFA através do Sistema Presença.

3.8	2024	Fortalecer, em regime de colaboração, a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de Assistência Social e Saúde.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Foi instituído o Comitê de Busca Ativa escolar com esta finalidade.
3.9	2024	Proporcionar para a população de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, acesso ao ensino técnico profissionalizante, através de transporte gratuito e seguro, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam frequentando o Ensino Médio ou fora da escola.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.060	REALIZADA O município oferece transporte intermunicipal para ensino médio técnico.
3.10	2024	Manter a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno e transporte escolar com segurança, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.057 e 2059.	REALIZADA O município contribui através da oferta de transporte escolar.
3.11	2024	Contribuir com políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Programa Passaporte.
3.12	2024	Implementar políticas de prevenção à evasão motivada pelo trabalho na adolescência e criar programas de acesso e permanência nesta etapa de ensino para o público trabalhador.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
3.13	2024	Incentivar a promoção e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Há colaboração para a realização do programa Jovem Aprendiz
3.14	2024	Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.	NÃO SE APLICA	REALIZADA

#### Meta 4 - Educação Especial/Inclusiva

**Meta 4 - Universalizar, para a população de zero a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, até o último dia de vigência deste PME.**

A Meta 4 do PNE tem como enfoque a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE) para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Preconiza-se que o atendimento educacional a essa população ocorra por meio da educação inclusiva, ou seja, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Para o monitoramento desses objetivos, foram selecionados os seguintes indicadores:

– *Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola.*

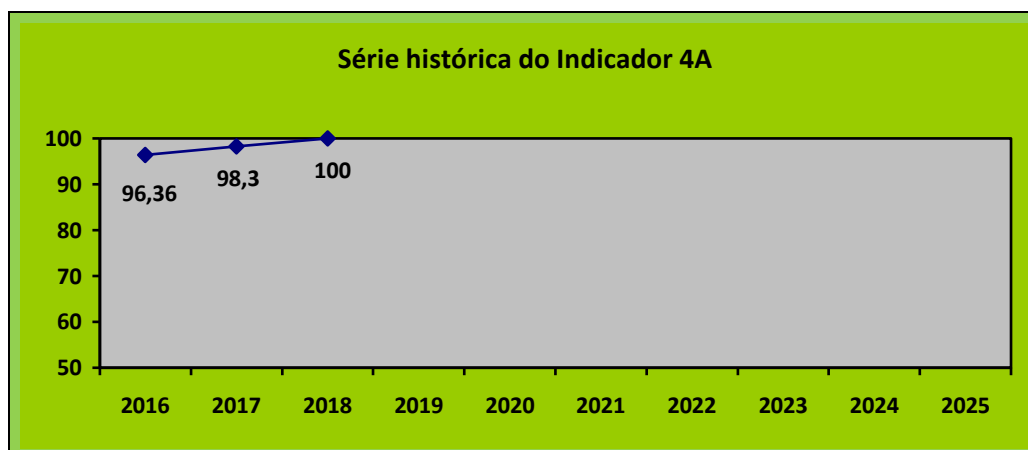
– *Indicador 4B: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica. (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. . 97)*

Análise 4: O município cumpriu a meta de universalizar a educação inclusiva para população de 0 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação.



Comentários sobre o indicador, conforme NT do PNE em Movimento: O indicador representa a proporção de indivíduos de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequentam a escola em relação à população total com deficiência nessa faixa etária. São considerados os dados da população de 4 a 17 anos que não consegue ou tem grande dificuldade em pelo menos um dos seguintes aspectos: enxergar, ouvir, caminhar, subir degraus e/ou possui alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais. O cálculo utiliza dados do Censo Demográfico, cuja periodicidade é de 10 anos. Embora a PNAD seja frequentemente utilizada para o cálculo dos indicadores do PNE, no caso da Meta 4 isso não foi possível em razão da carência de informações sobre o público-alvo da educação especial. Além dessa restrição, ressaltam-se as diferentes metodologias adotadas pelo Censo Demográfico, de um lado, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelo PNE e pelo Censo da Educação Básica, de outro. Enquanto o Censo Demográfico identifica pessoas que não conseguem ou tem diferentes graus de dificuldade permanente para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus ou ainda possuem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, a LDB, o PNE e o Censo da Educação Básica fazem referência às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, descritos neste relatório como público-alvo da educação especial. **O Censo da Educação Básica, entretanto, fornece apenas informações sobre a população que frequenta a escola, não permitindo, portanto, a identificação do quantitativo dos indivíduos fora da escola.**

Indicador 4A	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola			
	META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
100	2016	Dado oficial	96,36	INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2016
	2017	Dado oficial	98,30	SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017 INEP – planilha 1.39 Tabela de estimativa da população de Luiz Alves
	2018	Dado oficial	100	1 SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018 Número de Matrículas na Educação – planilha 1.39



Os comentários acima demonstram bem a dificuldade de avaliar esta meta. Não há dados oficiais sobre a quantidade de pessoas com deficiência na população de 4 a 17 anos em 2016 e 2017. O dado foi encontrado aplicando-se o índice de crescimento geral da população do município entre 2010 e 2017, a partir da população informada ao Censo 2010 e a estimativa do IBGE para 2017. Apesar de limitado e impreciso devido à provável diferença entre a variação da população em geral e a variação de pessoas com deficiência entre 4 e 17 anos no período, este método dá uma estimativa aproximada da meta alcançada.

#### **Cálculo:**

População em 2010: 10.438

Estimativa IBGE para 2017: 12.609

Percentual de crescimento: 20,79%



População com deficiência (4 -17 anos) em 2010: 47

Aplicando-se o percentual de crescimento da população em geral à população de 4 a 17 anos com deficiência tem-se:

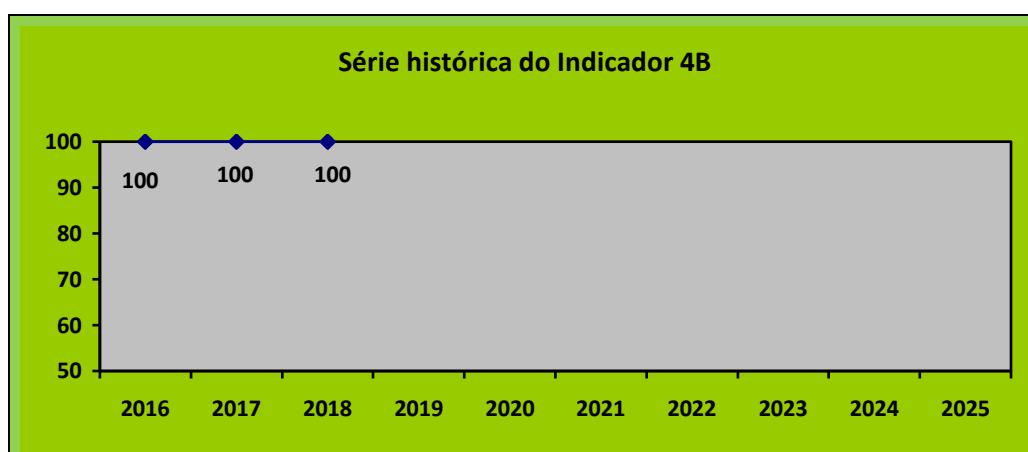
$$47 + 20,79\% = 56,77 = 57$$

Nº de matrículas de pessoas com deficiência (4 a 17 anos) em 2018: 64

% de matrículas da população de 4 a 17 anos com deficiência =

$64 * 100 / 57 = 112,28\%$  Ou seja, a variação de pessoas com deficiência na faixa etária estudada foi maior que a variação do crescimento da população em geral. Como o número de matrículas é maior do que a população em questão, é possível deduzir que 100% desta população está matriculada.

Indicador 4B	Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.			
	META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
100		2016	Dado oficial 100	INEP - Sinopse Estatística da Educação Básica 2016
		2017	Dado oficial 100	SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017 INEP – planilha 1.39 Tabela de estimativa da população de Luiz Alves
		2018	Dado oficial 100	1 SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018 Número de Matrículas na Educação – planilha 1.39



#### Cálculo

##### Dado oficial

População de 4 a 17 anos com deficiência matriculada em escola = 64

Nº de matrículas de pessoas com deficiência (4 a 17 anos) em 2018: 64

$$= 64 * 100 / 57$$

$$= 100\%$$

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
4.1	2024	Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA
4.2	2024	Acompanhar o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para as matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebam Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular, <u>e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.</u>	NÃO SE APLICA	REALIZADA Há alunos atendidos na Clínica Apoio e Dynamis, em Blumenau. Mas não são filantrópicas. Portanto, não há alunos atendidos por instituições filantrópicas que recebam repasses do FNDE.
4.3	2024	Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a 03 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA O município atende à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência.
4.4	2024	Implantar, ao longo da vigência deste PME, salas de recursos multifuncionais nas escolas do Município, manter as Salas de Atendimento Educacional Especializado - SAEDE nas escolas estaduais e fomentar a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado nas escolas urbanas e do campo. (EXCLUIR POR N.T.)	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	NÃO REALIZADA Não será realizada, pois não há salas de recursos multifuncionais. Porém, os alunos com deficiência são atendidos na EAMEE e os professores recebem formação continuada.
4.5	2024	Garantir Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais, classes ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA Os alunos com necessidades especiais são atendidos na EAMEE e, alguns casos, em entidades privadas (Clínica Apoio e Centro Dynamis Brasil, em Blumenau).
4.6	2024	Manter a oferta de atendimento na Escola Municipal de Atendimento à Educação Especial - EAMEE, articulado com instituições	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	EM ANDAMENTO Foi mantida a oferta de atendimento na

		acadêmicas e integrado por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social, Pedagogia, Fonoaudiologia e Psicologia, para prestar apoio ao trabalho dos professores e aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas redes de ensino no Município.		EAMEE, porém sem articulação com instituições acadêmicas. Falta integrar o serviço de profissionais de saúde, de assistência social e de psicologia.
4.7	2024	Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067, 1019, 1020.	EM ANDAMENTO Há transporte acessível (ônibus com cadeira de rodas e com elevador). Não há alunos com deficiência visual que necessitem de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva. É preciso verificar a acessibilidade arquitetônica das escolas.
4.8	2024	Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos e a aquisição de tecnologias assistivas.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA Em 2019 houve capacitação de professores em LIBRAS para atendimento aos alunos surdos e com deficiência auditiva nas escolas municipais. A LIBRAS é utilizada como linguagem principal na EAMEE.
4.9	2024	Manter a oferta anual, na vigência deste PME, de formação específica na Língua Brasileira de Sinais em nível básico e intermediário, aos professores e demais profissionais da Educação, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.056, 2064.	REALIZADA Em 2019 houve capacitação de professores em LIBRAS para atendimento aos alunos surdos e com deficiência auditiva nas escolas municipais.
4.10	2024	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas redes de ensino e escolas especiais, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o desenvolvimento integral do educando, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social e Saúde.	NÃO SE APLICA	REALIZADA É garantida a educação inclusiva em todas as escolas municipais e é fornecido segundo professor para casos em que há necessidade e comprovação médica.

4.11	2024	Incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	NÃO REALIZADA
4.12	2024	Estimular o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
4.13	2024	Aderir às políticas públicas de Saúde, Assistência Social e direitos humanos, em parceria com as famílias, a fim de dar continuidade ao atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, às pessoas com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2067e 2066.	REALIZADA A EAMEE atende adultos com deficiência intelectual e transtornos.
4.14	2024	Apoiar, em regime de colaboração com o Estado e a União, a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a oferta de professores de atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos e professores bilíngues.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA A ampliação da equipe de profissionais da educação para atender à demanda de estudantes com deficiência se dá com o fornecimento de segundo professor para casos em que há necessidade e comprovação médica. Para melhor atender a esta demanda, houve capacitação dos professores em LIBRAS.
4.15	2024	<u>Identificar as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de zero a 17</u> (dezesete) anos, residentes no Município e em idade escolar, através do trabalho conjunto entre escolas, professores, equipe do EAMEE, das SAEDs e com os órgãos públicos de Assistência Social e Saúde.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Esta população é identificada pela Secretaria de Assistência Social.
4.16	2024	Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município participa e apoia as iniciativas do colegiado de Educação da AMFRI.

		aprendizagem e dos processos de ensino e aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.		
4.17	2024	Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município participa e apoia as iniciativas do colegiado de Educação da AMFRI.
4.18	2024	Garantir que as escolas de Educação Básica promovam espaços para <u>participação das famílias</u> na elaboração do Projeto Político-Pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
4.19	2024	Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067, 1019,1018, 2056, 2064.	REALIZADA Em 2019 houve capacitação de professores em LIBRAS para atendimento aos alunos surdos e com deficiência auditiva nas escolas municipais. Há recursos de tecnologia assistiva, quando necessário.
4.20	2024	Construir, ao longo da vigência deste Plano, uma escola com espaço adequado para atendimento das necessidades existentes na modalidade da Educação Especial.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2010	REALIZADA As instalações da EAMEE foram reformadas em 2019, ficando mais adequadas ao atendimento da Educação Especial. Não há plano para construção de novo prédio, pois as instalações atuais atendem adequadamente.

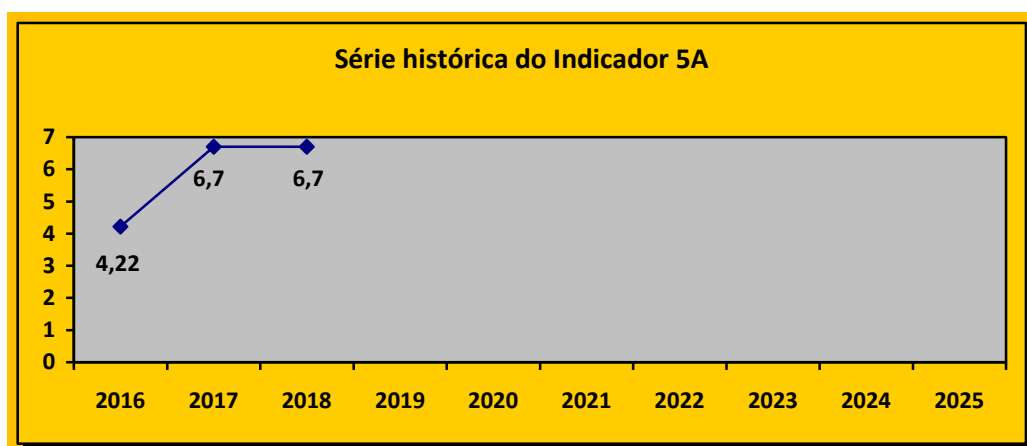
## Meta 5 - Alfabetização

**Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças aos seis anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no Ensino Fundamental.**

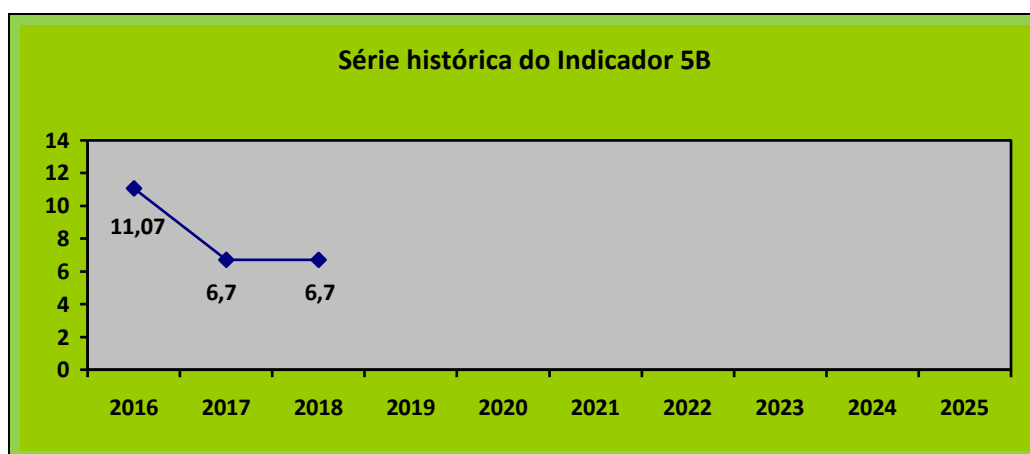
“A alfabetização assume foco central da escolarização, como recurso para o desenvolvimento da autonomia das pessoas para a busca de conhecimento mediado pela língua escrita. A alfabetização, enquanto base para a aquisição de outros conhecimentos escolares, concorre para a inserção das pessoas nos contextos letrados da atualidade como elemento significativo para a formação da cidadania”. (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. . 117).

Análise: Não houve avaliação nacional sobre a alfabetização em 2018. Por isso, foram utilizados os dados da avaliação de 2017, que mostram que os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental ainda não estavam alfabetizados: 6,7% foram classificados como insuficientes em leitura e 12,66% insuficientes em escrita.

Indicador 5A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)		
	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
0	2016	<b>Dado oficial</b> 4,22	Censo Escolar 2016 – PMEs por Metas Municípios - DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIAS POR MUNICÍPIO - ANA 2014
	2017	<b>Dado oficial</b> 6,7	Microdados – Distribuição dos Resultados por Nível de Proficiências por Município - ANA 2016 – in: <a href="http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados">http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados</a> <a href="#">Anexo 1B: Resultados ANA 2016 – Luiz Alves</a>
	2018	<b>Dado oficial</b> 6,7	Microdados – Distribuição dos Resultados por Nível de Proficiências por Município - ANA 2016 – in: <a href="http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados">http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados</a> <a href="#">Anexo 1B: Resultados ANA 2016 – Luiz Alves</a>



Indicador 5B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)			
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR	
0	Dado oficial	2016	11,07	Censo Escolar 2016 – PMEs por Metas Municípios - DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIAS POR MUNICÍPIO - ANA 2014
	Dado oficial	2017	12,66	Microdados – Distribuição dos Resultados por Nível de Proficiências por Município - ANA 2016 – in: <a href="http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados">http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados</a> Anexo 1B: Resultados ANA 2016 – Luiz Alves
	Dado oficial	2018	12,66	Microdados – Distribuição dos Resultados por Nível de Proficiências por Município - ANA 2016 – in: <a href="http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados">http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados</a> Anexo 1B: Resultados ANA 2016 – Luiz Alves



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
5.1	2024	Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Pré-Escola, com qualificação e com apoio pedagógico específico.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
5.2	2024	Criar política que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os 03 (três) primeiros anos do Ensino Fundamental.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA Não há política neste sentido. Os professores optam pela turma anualmente.
5.3	2024	Aplicar instrumentos de avaliação nacional, periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, a cada ano.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Aplicação da Prova SAEB.

5.4	2024	Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	NÃO REALIZADA
5.5	2024	Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
5.6	2024	Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.056	REALIZADA
5.7	2024	Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Não existe política neste sentido, mas as pessoas com deficiência são alfabetizadas na educação inclusiva e na EAMEE, inclusive alfabetização bilíngue e sem estabelecimento de terminalidade temporal na EAMEE.
5.8	2024	Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	NÃO REALIZADA
5.9	2016	Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	REALIZADA Não há programa, mas ações de incentivo à leitura desenvolvidas nas escolas e aquisição de acervo.
5.10	2024	Garantir e incentivar a participação dos professores alfabetizadores no programa do PNAIC.	NÃO SE APLICA	REALIZADA



## Meta 6 - Educação Integral

**Meta 6- Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.**

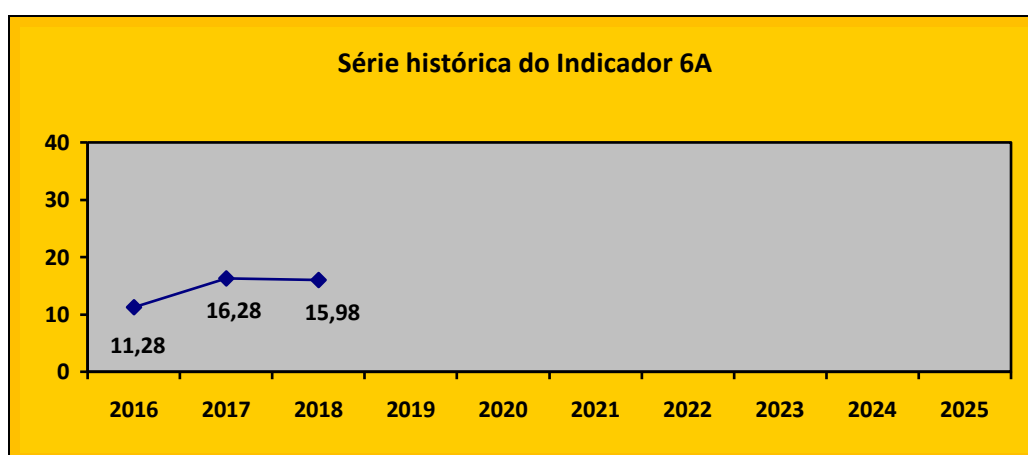
A Meta 6 do PME visa à ampliação do tempo de permanência dos estudantes matriculados nas escolas públicas, com o atendimento em tempo integral de pelo menos 40% dos alunos da educação básica em, no mínimo, 65% das escolas. Para o monitoramento da meta foram selecionados dois indicadores:

– *Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.*

– *Indicador 6B: Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares. (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 141).*

Análise: Considerando o percentual de alunos atendidos em tempo integral, a meta ainda está longe de ser alcançada. Porém, o percentual de escolas públicas com educação integral está bem próximo de acordo com a meta municipal. No entanto, se for considerada a meta do PNE, que é de 50%, o indicador 6B foi atingido. A adequação da meta 6 do PME ao PNE foi proposta pela N.T. 024/2017.

Indicador 6A	Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.		
	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
META PREVISTA PARA 2024			
40	2016	Dado oficial 11,28	INEP – Sinopse Estatística da Educação Básica 2016
	2017	Dado oficial 16,28	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR</a> 2017 – INEP. Planilhas 1.5, 1.13, 1.19 e 1.24.
	2018	Dado oficial 15,98	. Número de Matrículas na Educação Básica - Ensino Regular, tempo parcial e integral por Município – 2017 – INEP. Planilhas 1.9, 1.13, 1.19, 1.24, 1.29.



### Cálculo

#### Dado oficial

Nº de alunos matriculados em tempo integral:

Creche integral: 243

Pré-escola integral: 53

Anos Iniciais: 182

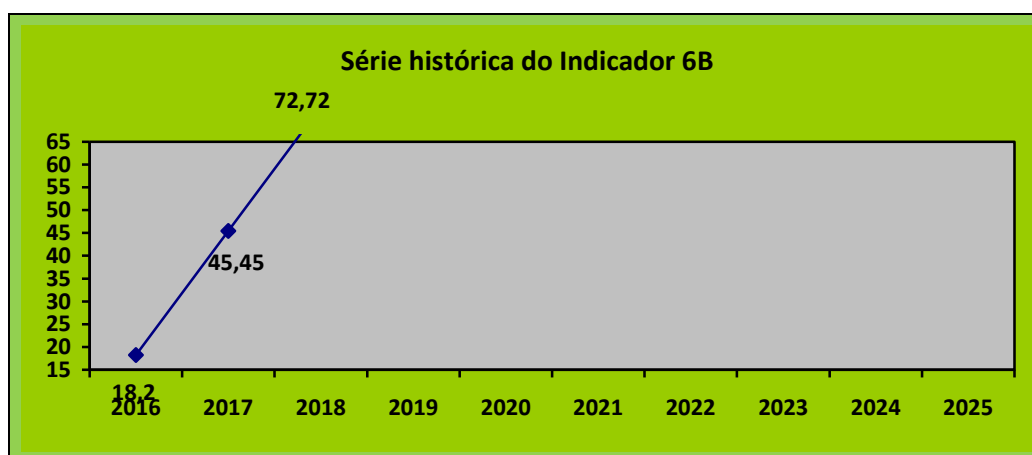
Anos Finais: 1

Total = 479

Matrículas em escolas públicas = 2.997

=  $479 * 100 / 2997 = 15,98\%$

Indicador 6B	Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolares.			
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR
65	Dado oficial	2016	18,2	INEP – Sinopse Estatística da Educação Básica 2016
	Dado oficial	2017	45,45	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2017 – INEP</a>
	Dado oficial	2018	72,72	<a href="#">SINOPSE CENSO ESCOLAR 2018</a> 1. Número de Matrículas na Educação Básica, planilha 3.3.

**Cálculo****Dado oficial:**

Nº de escolas = 11

Nº de escolas com educação integral = 8

=  $8 * 100 / 11$ 

= 72,72%

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
6.1	2024	Promover, com o apoio da União e do Estado, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 07 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054 e 2062.	EM ANDAMENTO As atividades de reforço pedagógico e orquestra de acordeão prolongam a permanência na escola por período integral. Outras atividades esportivas e culturais são realizadas em outros espaços.

				Nem todos os professores com carga horária de 40h semanais atuam em uma única escola.
6.2	2024	Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1017.	REALIZADA
6.3	2024	Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	EM ANDAMENTO
6.4	2024	Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.057	REALIZADA
6.5	2024	Atender às escolas do campo com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	INICIADA
6.6	2024	Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade, assegurando Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.067	REALIZADA É garantido o atendimento em contraturno na EAMEE para os alunos com deficiência.
6.7	2024	Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	REALIZADA
6.8	2024	Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.052	REALIZADA É fornecido almoço para os estudantes que permanecem na mesma escola para atendimento em contraturno.

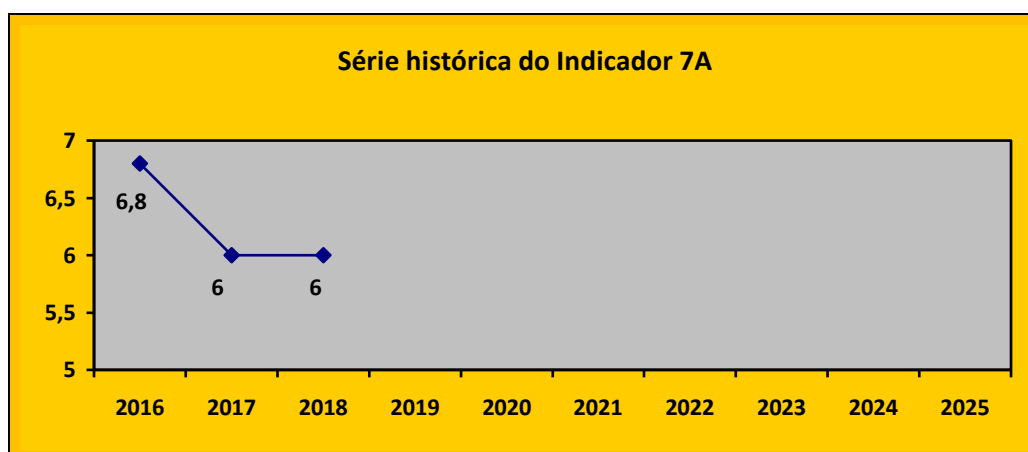
### Meta 7 - Aprendizado na Idade Certa

**Meta 7- Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias municipais para o Ideb:**

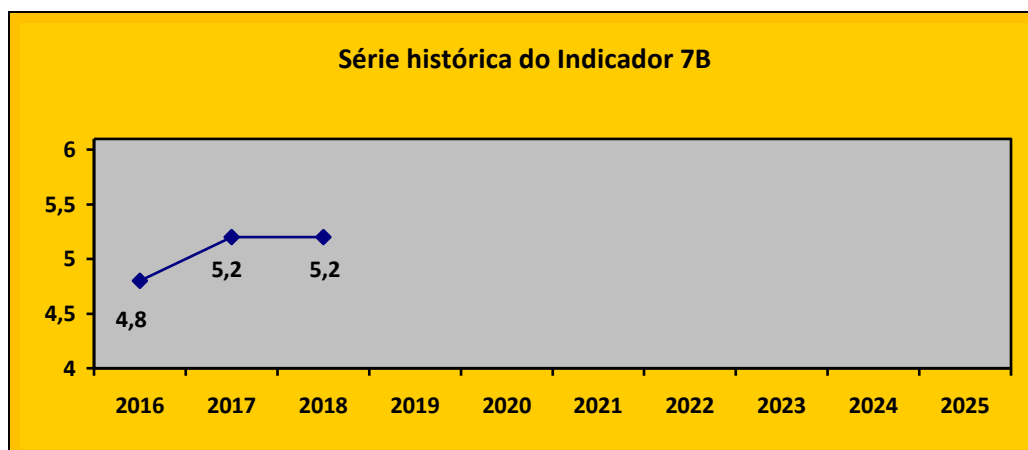
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	6.6	6.8	7,0	7,2
Anos finais	5.9	6.1	6.3	6.5
Ensino médio	4.7	5.2	5.4	5.6

A Meta 7 do PNE 2014-2024 preconiza o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com o objetivo de atingir, até 2021, as médias apresentadas no quadro acima. Porém, a N.T. 005/2017 altera estas médias, igualando-as às metas projetadas pelo INEP. O Ideb é constituído por duas dimensões da qualidade da educação: o fluxo escolar (taxa de aprovação) e o desempenho (médias de proficiência) dos estudantes nos testes padronizados de língua portuguesa e matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 161).

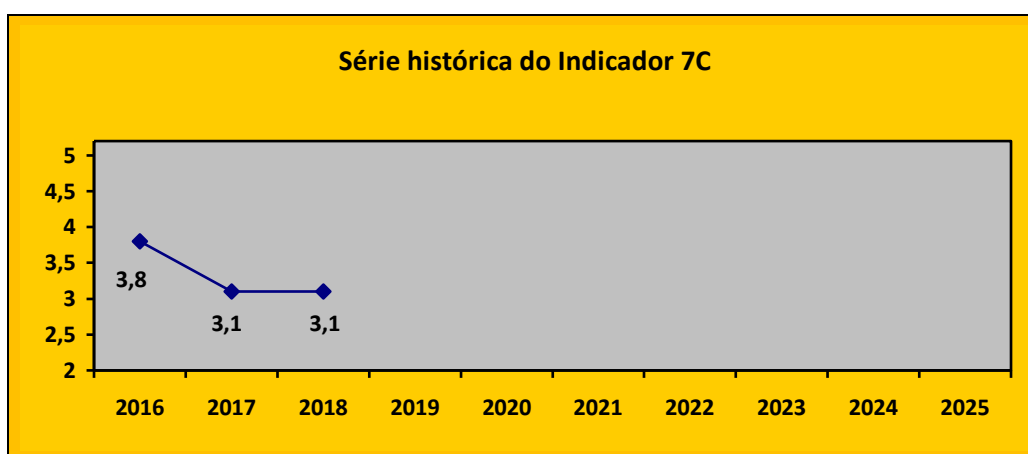
Indicador 7A		Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental.	
META PREVISTA PARA		META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
2016	6.6	6,8	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2015)
2017	6.8	6,0	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2017)
2018	6.8	6,0	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2017)



Indicador 7B		Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.	
META PREVISTA PARA		META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
2016	5,9	4,8	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2015)
2017	6,1	5,2	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2017)
2018	6,1	5,2	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2017)



Indicador 7C		Média do IDEB do ensino médio.	
META PREVISTA PARA		META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
2016	4,7	3,8	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2015)
2017	5,2	3,1	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2017)
2018	5,2	3,1	<a href="http://ideb.inep.gov.br/">http://ideb.inep.gov.br/</a> (IDEB 2017)



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
7.1	2024	Estabelecer e implantar, mediante pactuação Interfederativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
7.2	a)2019 e	Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO

	b)2024	de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos76 e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.		
7.3	2024	Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município participa das avaliações nacionais de aprendizagem (SAEB), mas estas não contemplam o conjunto de indicadores de avaliação institucional proposto.
7.4	2024	Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA Não há processo contínuo de autoavaliação das escolas.
7.5	2024	Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física das redes de ensino.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054, 2056, 2062, 2064.	REALIZADA
7.6	2017	Apoiar o desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA O município se dispõe a apoiar esta ação quando for proposta pelo governo federal.
7.7	2024	Definir políticas nas redes de ensino, de forma a atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices das escolas.	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO
7.8	2024	Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	NÃO REALIZADA
7.9	2024	Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	NÃO REALIZADA

7.10	2024	Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.057	REALIZADA
7.11	2024	Promover, em regime de colaboração com União e o Estado, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.054	EM ANDAMENTO Todas as escolas estão conectadas à internet, porém ainda é insuficiente a quantidade de computadores.
7.12	2024	Apoiar a ampliação de programas e ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2.052, 2057, 2054, 2062, 2059.	EM ANDAMENTO Não há fornecimento de material escolar aos alunos. A assistência à saúde é fornecida pela Sec. Mun Saúde. São fornecidos transporte e alimentação.
7.13	2024	Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055,2063.	EM ANDAMENTO Falta suprir as escolas com laboratórios de ciências e a acessibilidade às pessoas com deficiência.
7.14	2024	Apoiar a institucionalização e manutenção, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055,2063.	REALIZADA (PROINFÂNCIA, Escola da Vila do Salto)
7.15	2024	Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055,2063.	EM ANDAMENTO
7.16	2017	Adotar os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino, estabelecidos pela União, em regime de colaboração com os entes federados, no prazo de 02 (dois) anos, contados da publicação deste plano.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055,2063.	REALIZADA

7.17	2024	Informatizar a gestão das escolas públicas e Secretaria da Educação, bem como manter programas de formação inicial e continuada do pessoal técnico da Secretaria Municipal da Educação. (Alterada pela N.T. 007/2017).	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2054, 2053.	REALIZADA
7.18	2024	Apoiar e implementar políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064.	REALIZADA Formação em Educação Emocional
7.19	2024	Apoiar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
7.20	2024	Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
7.21	2024	Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais e de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em Educação Especial.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2054, 2056, 2064, 2067.	REALIZADA
7.22	2024	Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2067, 2054, 2062.	REALIZADA
7.23	2024	Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Através do dia da família na escola e de outras atividades com famílias nas escolas.
7.24	2024	Articular a área da educação, no âmbito local, com as áreas da Saúde e Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando <u>a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional e o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.</u>	NÃO SE APLICA	REALIZADA



7.25	2024	Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
7.26	2024	Apoiar ações voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2054, 2062.	NÃO REALIZADA
7.27	2024	Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica, com participação, por adesão, da Rede Municipal de Ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA Não existem sistemas estaduais de avaliação da educação básica.
7.28	2024	Promover a formação de leitores e a capacitação de professores e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056	EM ANDAMENTO
7.29	2024	Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
7.30	2024	Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica acessibilidade física, bem como energia elétrica, abastecimento de água, saneamento básico e manejo dos resíduos sólidos, garantindo aos estudantes espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 1019,2062.	EM ANDAMENTO Faltam laboratórios de ciências e acessibilidade.
7.31	2024	Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Há oferta de reforço pedagógico.
7.32	2024	Acompanhar a instituição de programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA Ainda não há programa nacional neste sentido.
7.33	2024	Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos Projetos Político-pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
7.34	2024	Apoiar e incentivar o aprimoramento do Ensino Médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2059	REALIZADA O município se dispõe a apoiar e incentivar o aprimoramento do Ensino Médio, sob a responsabilidade do estado.
7.35	2024	Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2054, 2062.	REALIZADA A transferência de recursos se dá pelo PDDE, com a participação da comunidade escolar (APP)

### Meta 8 - Escolaridade Média

**Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).**

A Meta 8 direciona-se para a ampliação da escolaridade média de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos de idade, com a preocupação de garantir que esse processo ocorra de forma equitativa e sem reproduzir desigualdades. Nessa direção, o primeiro grande objetivo da meta consiste em elevar a escolaridade média geral, de modo que ela atinja, em 2024, ao menos 12 anos. Para o monitoramento desse objetivo foi selecionado o *Indicador 8A: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade*. A mesorregião do Vale do Itajaí alcançou a média de 10,3 anos e a meta é de 12 anos.

Em consonância com a necessidade de garantir de forma equitativa o direito à educação, a meta ainda estabelece que os jovens residentes no campo e os pertencentes aos 25% mais pobres também alcancem uma escolaridade média de 12 anos de estudo, no mínimo. Tais objetivos são monitorados pelos seguintes indicadores:

– *Indicador 8B: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural.*

– *Indicador 8C: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).* Para ambos indicadores, a mesorregião do Vale do Itajaí alcançou a média de 9,5 anos de estudo.

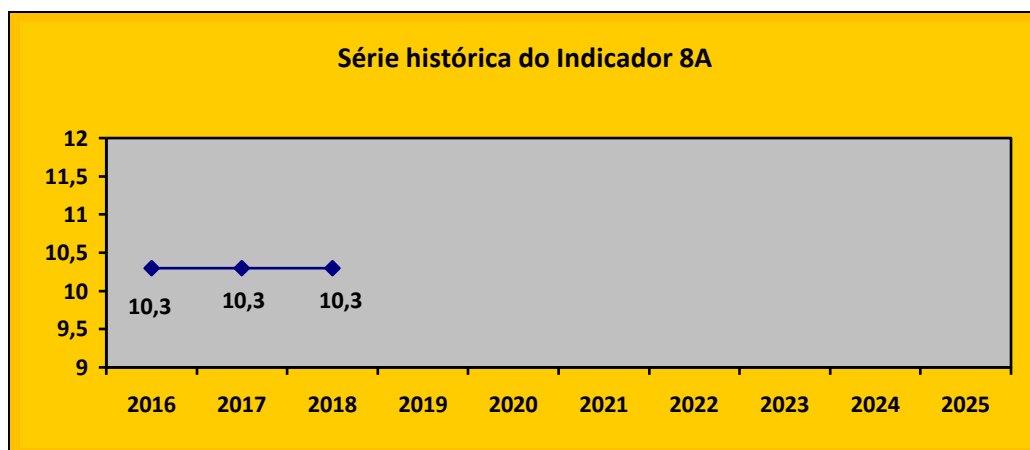
Por fim, a meta registra a intenção de que a escolaridade entre os jovens negros e os não negros seja igualada até o final do período de vigência do PME, em 2024. O monitoramento desse objetivo é realizado por meio do seguinte indicador:

– *Indicador 8D: Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.* Na mesorregião do Vale do Itajaí, esta razão é de 94,6.

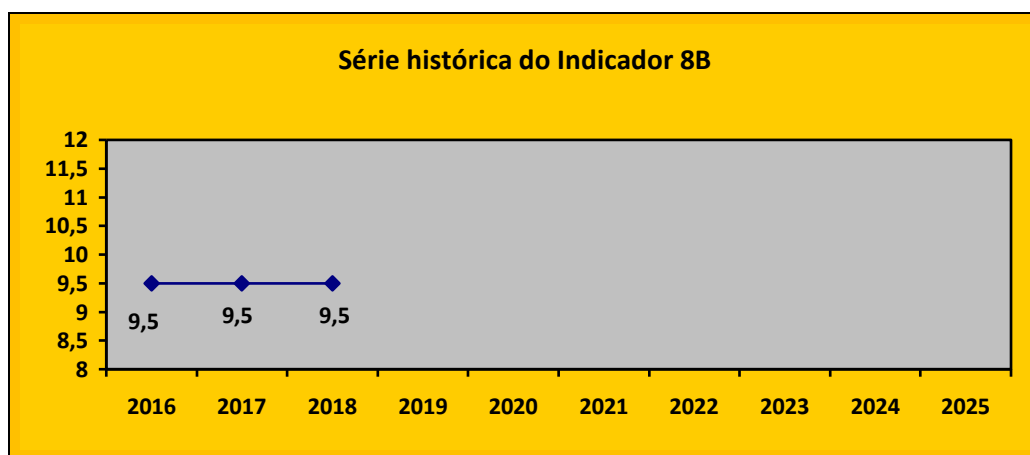
(Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 191).

**Observação:** foram transcritos os resultados apresentados no site PNE EM MOVIMENTO. [Conforme a Nota Técnica](#), a fonte para o cálculo é a Pnad. Série histórica: 2004-2013. O resultado dos indicadores se refere à Mesorregião do Vale do Itajaí, pois não constam dados referentes ao município.

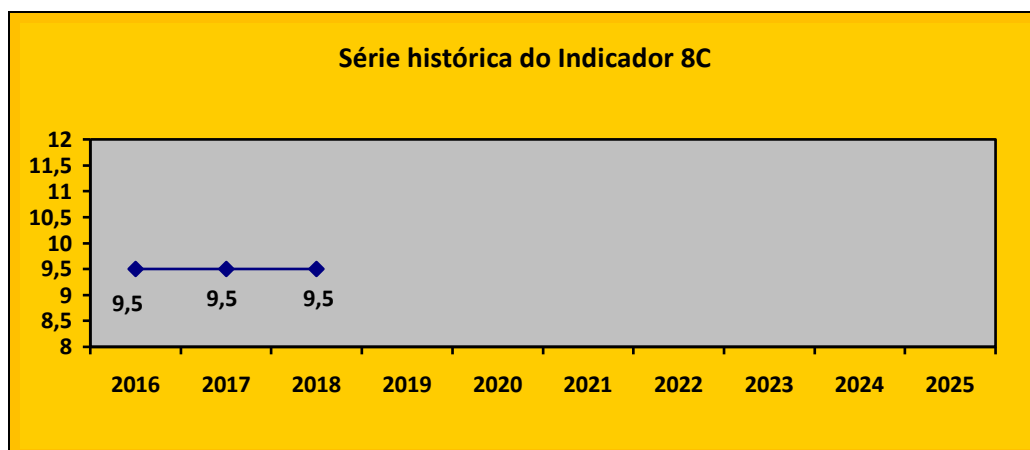
Indicador 8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.		
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA Vale do Itajaí	FONTE DO INDICADOR
12	2016	10,3	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2017	10,3	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2018	10,3	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010



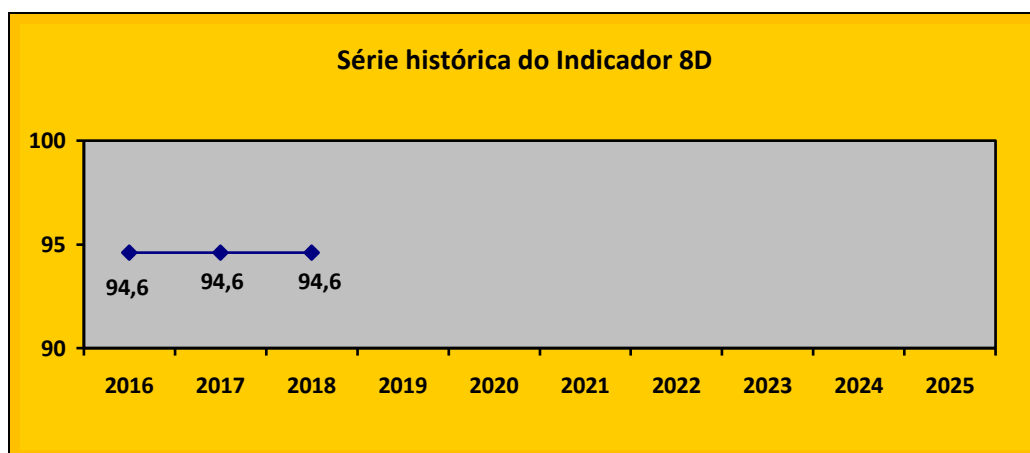
Indicador 8B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural.		
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA Vale do Itajaí	FONTE DO INDICADOR
12	2016	9,5	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2017	9,5	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2018	9,5	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010



Indicador 8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).		
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA Vale do Itajaí	FONTE DO INDICADOR
12	2016	9,5	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2017	9,5	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2018	9,5	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010



Indicador 8 D	Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.		
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
100	2016	94,6	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2017	94,6	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010
	2018	94,6	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> CENSO 2010



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
8.1	2024	Institucionalizar programas e adotar tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2054	REALIZADA Há reforço pedagógico para os alunos que necessitam, podendo estar incluída entre estes a população considerada.
8.2	2024	Implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	REALIZADA É oferecida EJA para a população em geral.
8.3	2024	Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio e garantir acesso gratuito a esses exames.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
8.4	2024	Incentivar e apoiar a oferta gratuita de Educação Profissional técnica por parte das entidades privadas e públicas para os segmentos populacionais considerados.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2060	REALIZADA O município incentiva e apoia a educação profissional técnica para a população em geral fornecendo transporte

8.5	2024	Incentivar e apoiar a oferta gratuita de Educação Profissional técnica por parte das entidades privadas e públicas para os segmentos populacionais considerados.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2060	REALIZADA O município incentiva e apoia a educação profissional técnica para a população em geral fornecendo transporte gratuito.
8.6	2024	Promover, em parceria com o Estado e as áreas de Saúde e Assistência Social, a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Pelo <a href="#">Decreto 163/2019</a> , de 14/08/2019, foi instituído o Comitê de Busca Ativa Escolar.
8.7	2024	Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
8.8	2024	Consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2054	REALIZADA Não há no município populações tradicionais consideradas.
8.9	2024	Garantir, em regime de colaboração entre as Redes Estadual e Municipal, formação permanente aos docentes em temas contemporâneos como os direitos humanos, os contextos sociais, culturais e ambientais, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento de preconceitos.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056.	REALIZADA

### Meta 9 - Alfabetização e Analfabetismo Funcional de Jovens e Adultos

**Meta 9 A - Contribuir para a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e,**

**B - até o final da vigência deste PME, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

A Meta 9 do PME tem como objetivos a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, a fim de alcançar 98% até 2015, e, até o final da vigência do PNE, em 2024, erradicar ou superar do analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Para o monitoramento desta meta, foram selecionados os seguintes indicadores:

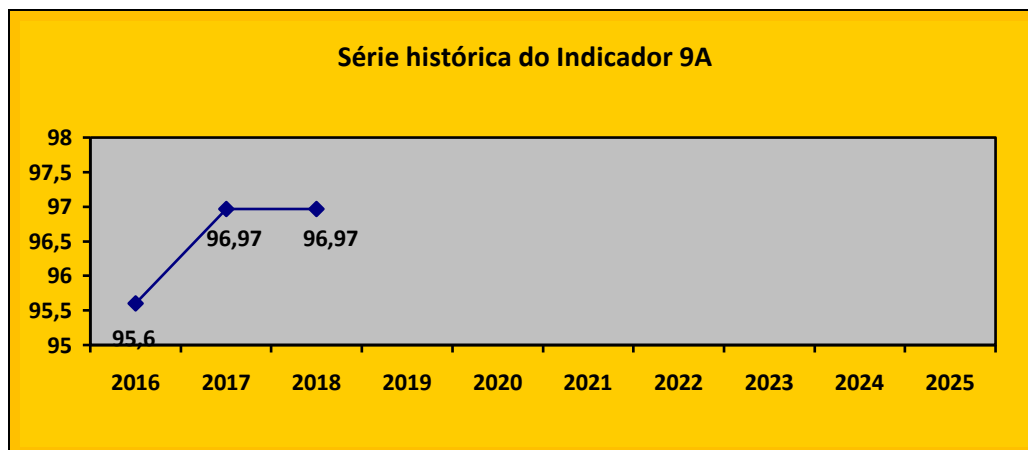
– *Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.*

– *Indicador 9B: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais*

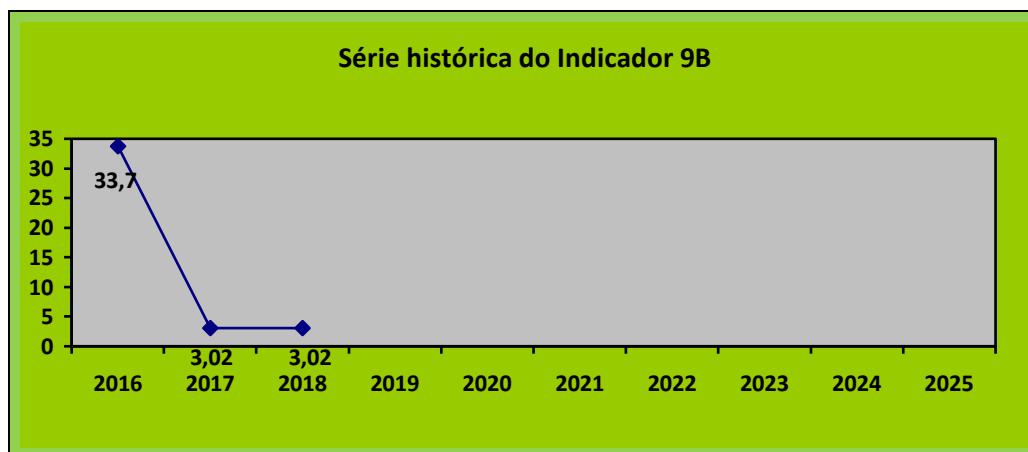
*de idade. (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 215).*

Análise: A meta do município quanta à alfabetização da população de 15 anos ou mais (98%) é bem superior à meta nacional (93,5%). O índice alcançado em 2018 (95,6%) não atingiu a meta do PME. Já quanto à taxa de analfabetismo funcional, não há dados atualizados do IBGE que sirvam para o cálculo. Por isso, foi repetida a informação do ano anterior. No entanto, de acordo com dados municipais (aplicação do Questionário ACS), o município diminuiu a taxa de analfabetismo para 3,02%, cumprindo, portanto, a meta.

Indicador 9A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.			
META PREVISTA PARA 2017	ANO	META ALCANÇADA		FONTES DO INDICADOR
98	2016	Dado oficial	95,60	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - relatório do 1º ciclo 2016 PNAD 2013 e 2015 <a href="http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php</a>
	2017	Dado oficial	96,97	Questionário ACS – 2017
	2018	Dado oficial municipal	96,97	Questionário ACS – 2017



Indicador 9B	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.			
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA		FONTES DO INDICADOR
16,85	2016	Dado oficial	33,7	<a href="http://simec.mec.gov.br/par3/par3.php?modulo=principal/planoTrabalho/pne&amp;acao=A&amp;inuid=3977#meta9">http://simec.mec.gov.br/par3/par3.php?modulo=principal/planoTrabalho/pne&amp;acao=A&amp;inuid=3977#meta9</a>
	2017	Dado oficial	3,02	Questionário ACS - 2017
	2018	Dado oficial municipal	3,02	Questionário ACS - 2017



De acordo com o Questionário ACS – 2017:

População de 15 anos ou mais em 2017: 3005

População de 15 anos ou mais analfabetas em 2017: 91

=  $91 \cdot 100 / 3005 = 3,02\%$

Observa-se grande disparidade entre os dados de 2010 e os dados mais recentes, de 2017. De 33,7% de analfabetos, o índice baixou para apenas 3,02%. Deve-se observar que este dado se refere a uma amostra da população.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
9.1	2017	Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	REALIZADA
9.2	2017	Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos.	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO
9.3	2017	Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica e estimular a continuidade dos estudos para completar a escolarização básica.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	REALIZADA
9.4	2024	Reestruturar a organização de atendimento à EJA hoje existente no Município para que o aluno não precise aguardar o fechamento de turmas para ter acesso a essa modalidade de ensino.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA A organização da EJA está sob a responsabilidade do estado.
9.5	2024	Reorganizar os horários de atendimento da EJA para que os interessados que trabalham em turnos especiais possam ter acesso a esta modalidade em período diurno.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Há oferta de EJA em todos os períodos.
9.6	2024	Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico, em articulação com a área da saúde.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066, 2052, 2057.	REALIZADA
9.7	2024	Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	REALIZADA Conforme convênio com o estado, o município cede um professor para desenvolver as atividades de EJA.

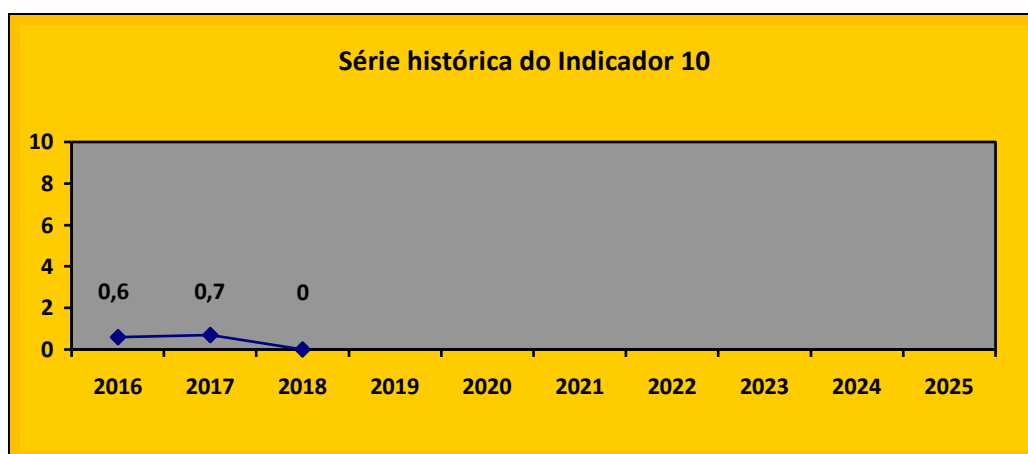
9.8	2024	Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e o Sistema de Ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Há oferta de EJA em todos os períodos.
9.9	2024	Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066, 2060.	NÃO REALIZADA
9.10	2024	Ampliar, produzir e garantir, em parceria com o estado de Santa Catarina, a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	NÃO REALIZADA
9.11	2024	Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA Não é da competência do município esta estratégia. A implementação de currículos para a EJA é da competência do estado.
9.12	2024	Considerar, nas ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, realizando atividades de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos mesmos.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	NÃO REALIZADA EJA não é da competência do município.
9.13	2024	Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da Educação Básica.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
9.14	2024	Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA



### Meta 10 - EJA Integrada à Educação Profissional

**Meta 10 - Estimular a oferta, no mínimo, de 10% (dez por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional, até o final da vigência deste Plano.**

Indicador 10	Estimular a oferta, no mínimo, de 10% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional, até o final da vigência deste Plano.			
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR
10	2016	Dado oficial	0,6	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - 1º ciclo 2016 INEP
	2017	Dado oficial	0,7	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - 2º ciclo 2016 INEP
	2018	Dado oficial	0,0	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - 2º ciclo 2018 INEP



A meta 10 do PME estabelece que, do total das matrículas de EJA, 10% sejam integradas à educação profissional. Nesse sentido, a Meta 10 tem como foco não só ampliar a escolarização dos jovens e adultos, mas também proporcionar capacitação profissional, de modo que estes estejam preparados para atuar no mercado de trabalho. Para o monitoramento desse objetivo, foi selecionado o seguinte indicador:

– *Indicador 10: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.*

Análise: A Educação de Jovens e Adultos é de responsabilidade do Estado de Santa Catarina, que não oferece EJA integrada à Educação Profissional em Luiz Alves, e não há alunos residentes no município que frequentam EJA integrada à Educação Profissional em outro município. Por isso, o resultado alcançado é zero.

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
10.1	2024	Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
10.2	2024	Expandir, em parceria com o Estado, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066, 2060.	REALIZADA O município oferece transporte escolar gratuito para

				interessados em cursar EJA integrada à educação profissional em outros municípios.
10.3	2024	Estimular, em parceria com o Estado e a União, a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características deste público, principalmente os jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
10.4	2024	Aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Não é possível aderir, pois não há EJA integrada à educação profissional no município.
10.5	2024	Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e espaço pedagógico adequados às características desses alunos.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Não é possível aderir, pois não há EJA integrada à educação profissional no município.
10.6	2024	Apoiar, em parceria com o Estado e a União, a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias e instrumentos de avaliação específicos para a Educação de Jovens e Adultos.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	NÃO REALIZADA O município se dispõe a apoiar, a partir da iniciativa do ente responsável.
10.7	2024	Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	REALIZADA Não é possível, pois não há EJA integrada à educação profissional no município.
10.8	2024	Apoiar a adesão ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066, 2060.	NÃO REALIZADA De acordo com o <a href="#">Decreto Federal 7.234/2010</a> , o PNAES tem por função o apoio a estudantes de ensino superior da rede federal. Não se aplica à EJA articulada à educação profissional.
10.9	2024	Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017	REALIZADA O município oferece transporte

			Ação 2066, 2052, 2057.	escolar gratuito para interessados em cursar EJA integrada à educação profissional em outros municípios.
10.10	2024	Estimular as matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2066	REALIZADA O município estimula as matrículas através da oferta de transporte escolar gratuito para interessados em cursar EJA integrada à educação profissional em outros municípios.

### Meta 11 - Educação Profissional

**Meta 11- Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão.**

A Meta 11 do PME tem como primeiro enfoque triplicar o número de matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, garantindo a qualidade da oferta. No ano da elaboração do PME, havia 56 matrículas. Portanto, a meta é de 168 matrículas para o Indicador 11A e 84 para o Indicador 11B. O PNE estabelece que, pelo menos, 50% dessa expansão ocorra no segmento público, enquanto o PME retirou esta especificação.

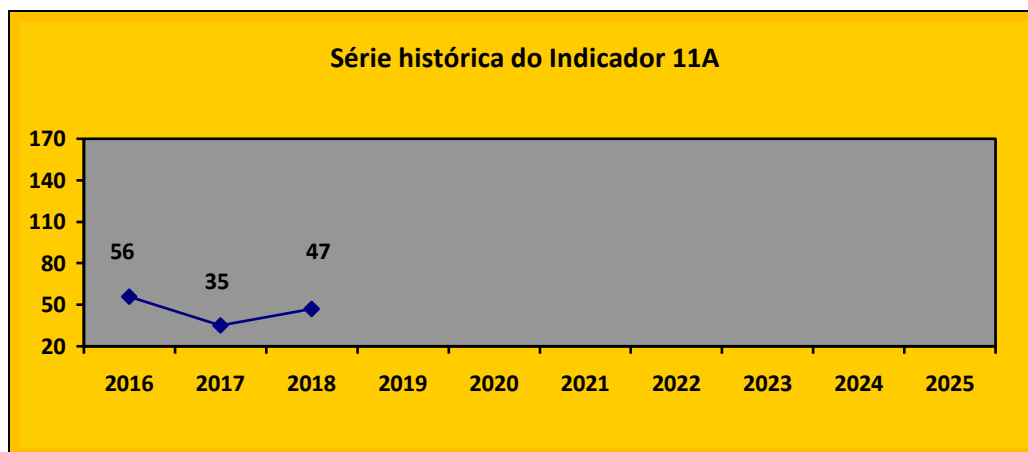
Para o monitoramento desses objetivos, foram selecionados os seguintes indicadores:

– *Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.*

– *Indicador 11B: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio na rede pública.*

Análise: para o cálculo desta meta foi utilizado o número de matrículas de alunos residentes em Luiz Alves que frequentam educação profissional técnica de nível médio em outros municípios, através da relação de alunos que utilizam o transporte escolar interurbano para estudantes de nível técnico. O município teve apenas 47 matrículas no nível médio e 16 na rede pública.

Indicador 11A	Matrículas em educação profissional técnica de nível médio: número absoluto.			
	META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTES DO INDICADOR
168	2016	Dado oficial municipal	56	Relação de alunos que usam transporte escolar universitário e técnico em 2016/Secretaria Mun. Educação
	2017	Dado oficial municipal	35	Relação de alunos que usam transporte escolar universitário e técnico em 2017/Secretaria Mun. Educação
	2018	Dado oficial municipal	47	Relação de alunos que usam transporte escolar universitário e técnico em 2018 - Secretaria Municipal de Educação



Indicador 11B	Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.		
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
15	2016	Dado oficial municipal 4	Relação de alunos que usam transporte escolar universitário e técnico em 2016/Secretaria Mun. Educação
	2017	Dado oficial municipal 5	Relação de alunos que usam transporte escolar universitário e técnico em 2017/Secretaria Mun. Educação
	2018	Dado oficial municipal 16	Relação de alunos que usam transporte escolar universitário e técnico em 2018 - Secretaria Municipal de Educação



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
11.1	2024	Apoiar a política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município apoia a expansão das matrículas através da oferta de transporte escolar gratuito.

11.2	2024	Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2060	NÃO REALIZADA Não há estrutura adequada à educação profissional nas escolas da rede pública estadual em Luiz Alves.
11.3	2024	Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
11.4	2024	Incentivar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
11.5	2024	Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA O município se dispõe a cooperar
11.6	2024	Incentivar o atendimento do Ensino Médio gratuito, integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades, bem como para o público da Educação Especial.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2060	REALIZADA O município incentiva através da oferta de transporte escolar gratuito.
11.7	2024	Buscar cursos de capacitação profissionalizante de jovens como o Programa Jovem Aprendiz	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2060	REALIZADA
11.8	2024	Garantir transporte dos estudantes da Educação Profissional Técnica	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2060, 2057.	REALIZADA

### Meta 12 - Educação Superior

**Meta 12- Contribuir para elevação, em nível estadual, da taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.**

A Meta 12 do PME tem por principal finalidade a expansão com qualidade da educação superior em nível de graduação. O primeiro tem como enfoque a expansão da oferta de educação superior e, para tanto, determina que o total de matrículas em cursos de graduação seja equivalente a 55% da população brasileira de 18 a 24 anos de idade em 2024. Para o monitoramento desse objetivo, foi utilizado o seguinte indicador:

– *Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM).*

O segundo objetivo relaciona-se à expansão do acesso aos cursos de graduação pela população de 18 a 24 anos de idade, estabelecendo que a taxa de acesso dessa população a esse nível de ensino deve atingir 33% em 2024. Esse objetivo é monitorado pelo indicador:

– *Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na graduação (TLE).* (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016, pág. 271).

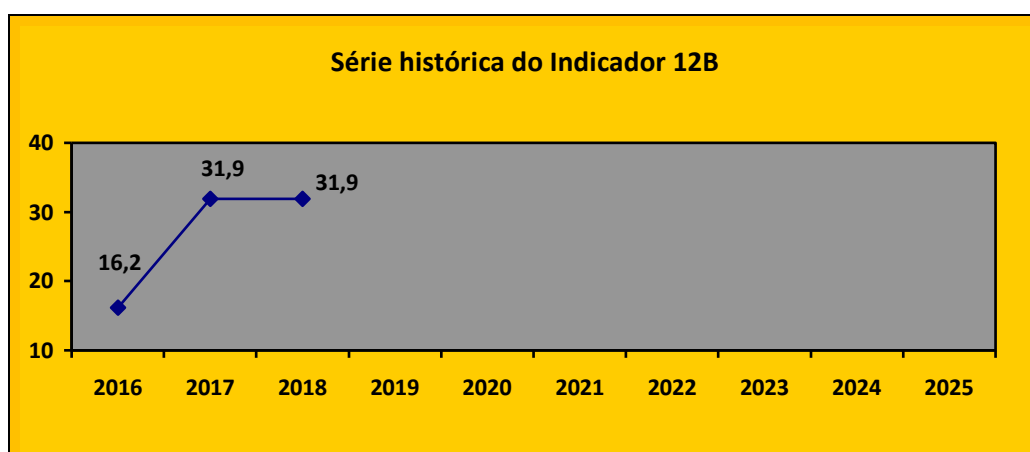
Análise: A meta é contribuir em nível estadual com a elevação da matrícula. O Resultado das Metas 12A e 12B do ano 2018 foram transcritos do site do Sistema Integrado de Monitoramento do PNE- <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>, acessado em 08/05/2019. Santa Catarina alcançou 41% no indicador 12 A e Luiz Alves 14,2%; SC alcançou 28,5% no indicador 12B Luiz Alves 16,2%.

A título de informação, segundo os Microdados da Educação Superior 2017, havia 168 estudantes residentes em Luiz Alves matriculados no Ensino Superior.

Indicador 12A	Taxa bruta de matrículas na educação superior.		
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
55	2016	Dado oficial 14,2	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - 1º ciclo 2016
	2017	Dado oficial 43,1	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - Relatório 2º Ciclo – INEP, pág 209.
	2018	Dado oficial 43,1	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - Relatório 2º Ciclo – INEP, pág 209.



Indicador 12B	Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior.		
META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA	FONTE DO INDICADOR
40	2016	Dado oficial 16,20	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - 1º ciclo 2016
	2017	Dado oficial 31,9	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a> - Relatório 2º Ciclo – INEP, pág 213
	2018	Dado oficial 31,9	PNAD 2012, 2013 E 2015, CENSO 2010 <a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
12.1	2024	Apoiar, em regime de colaboração com a União e o Estado, o acesso dos alunos do Município às instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061, 2057.	REALIZADA
12.2	2024	Apoiar, em regime de colaboração com a União e Estado, a oferta de Educação Superior pública e gratuita para a formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas onde há déficit de profissionais. Alterada pela NT 011/2017	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061, 2057.	REALIZADA
12.3	2024	Apoiar, em regime de colaboração com a União e Estado, as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
12.4	2024	Apoiar, em regime de colaboração com a União e Estado, os programas e projetos de extensão universitária, a serem realizados no Município.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061.	REALIZADA O município se dispõe a apoiar projetos de extensão universitária no município.
12.5	2024	Apoiar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
12.6	2024	Monitorar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da Educação Especial, nas instituições de Ensino Superior.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
12.7	2024	Apoiar a consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
12.8	2024	Incentivar o acesso dos munícipes ao Ensino Superior, assim como a continuidade dos estudos dos munícipes na forma de Pós-graduação lato sensu através da oferta de transporte.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061, 2057.	REALIZADA
12.9	2024	Incentivar a implantação e permanência de IES ou Polos no Município.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061.	NÃO REALIZADA Não existe demanda no município para implantação de IES.

## Meta 13 - Titulação de Professores da Educação Superior

**Meta 13- Contribuir para elevação, em nível nacional, da qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores.**

A Meta 13 tem como objetivo elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores em efetivo exercício na docência de nível superior, que deve atingir 75% até o ano de 2024, sendo que no mínimo 35% dos docentes deverão ter concluído o curso de doutorado. Para monitorar essa meta, definiram-se dois indicadores: – Indicador 13A: Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior. – Indicador 13B: Percentual de docentes com doutorado na educação superior. (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 301).

Análise: O Município de Luiz Alves não tem Instituição de Ensino Superior. Por isso, foram apresentados os resultados a nível nacional, de acordo com os Microdados do Ensino Superior 2017 (TP\_Escolaridade) e a Sinopse do Ensino Superior 2017.

Dados da Sinopse do Ensino Superior 2017:

Total de professores universitários: 380.673

Com mestrado: 148.427 = 38,99%

Com doutorado: 157.399 = 41,34%

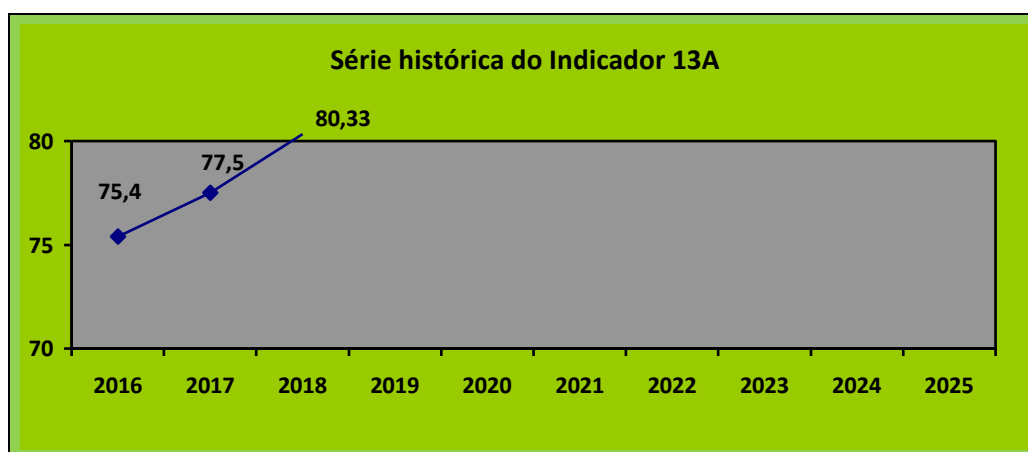
Total com mestrado e doutorado: 80,33%

Tabela 5 – Professores universitários em exercício em 2017

Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
380.673	10	4.362	70.475	148.427	157.399

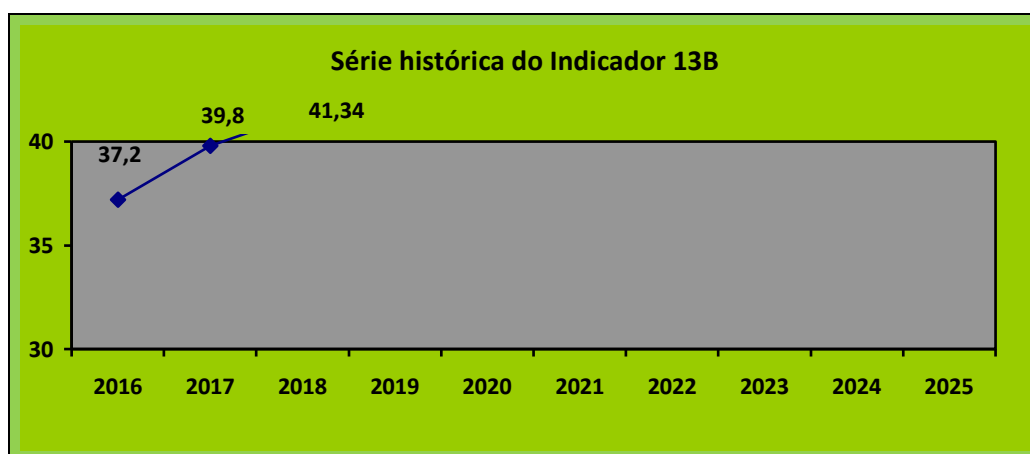
Fonte: Sinopse do Ensino Superior 2017 - INEP – planilha 2.4

Indicador 13A	Percentual de docentes com Mestrado ou Doutorado na Educação Superior			META PREVISTA PARA 2024	META ALCANÇADA (SC)	FONTE DO INDICADOR
	Dado oficial	Ano	Valor (%)			
80	Dado oficial	2016	75,4	80	75,4	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>
	Dado oficial	2017	77,5			<a href="#">Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018</a>
	Dado oficial	2018	80,33			<a href="#">Sinopse Educação Superior 2016</a>
	Dado oficial	2018	80,33			<a href="#">Sinopse Educação Superior 2017</a>





Indicador 13B	Percentual de docentes com doutorado na Educação Superior			
META PREVISTA PARA 2024	META ALCANÇADA (SC)			FONTE DO INDICADOR
40	2016	Dado oficial	37,2	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>
	2017	Dado oficial	39,8	<a href="#">Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018</a> <a href="#">Sinopse Educação Superior 2016</a>
	2018	Dado oficial	41,34	<a href="#">Sinopse Educação Superior 2017</a>



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
13.1	2024	Apoiar a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	NÃO SE APLICA	REALIZADA O município participa do consórcio de educação da AMFRI.
13.2	2024	Incentivar a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas e nas instituições privadas e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
13.3	2024	Incentivar a continuidade dos estudos dos munícipes na forma de Pós-graduação stricto sensu.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2057.	REALIZADA Através de transporte escolar gratuito.

### Meta 14 - Pós-Graduação

**Meta 14 - Contribuir para elevação gradual, em nível nacional, do número de matrículas na Pós-Graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores.**

A Meta 14 do PME tem como objetivo central a elevação do número de titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir, até o ano de 2024, o total de 60 mil títulos de mestrado e 25 mil títulos de doutorado concedidos anualmente em todo o Brasil. Para o monitoramento dessa meta, são utilizados dois indicadores:

– *Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos.*

– *Indicador 14B: Títulos de doutorado concedidos.* 9.68

Análise: As metas propostas para os indicadores 14A e 14B são as metas do estado de Santa Catarina. Portanto, os resultados apresentados são do estado.

Indicador 14A	Número de títulos de mestrado concedidos por ano.			
	META PREVISTA PARA 2024	ANO	META ALCANÇADA (SC)	FONTE DO INDICADOR
2.400	2016	Dado oficial	2.272	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>
	2017	Dado oficial	2.315	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>
	2018	Dado oficial	2.315	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>



Indicador 14B	Número de títulos de doutorado concedidos por ano.			
	META PREVISTA PARA 2024	META ALCANÇADA (SC)		FONTE DO INDICADOR
900	Dado oficial	2016	666	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>
	Dado oficial	2017	759	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>
	Dado oficial	2018	759	<a href="http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php">http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php</a>



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
14.1	2024	Apoiar a expansão do financiamento da Pós-Graduação stricto sensu.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
14.2	2024	Compactuar com estabelecimento de parcerias do Estado com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação catarinense, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
14.3	2024	Incentivar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Atividades em parceria com o SEBRAE
14.4	2024	Incentivar a oferta de bolsas de estudos de Pós-Graduação aos professores e demais profissionais da Educação Básica das redes públicas de ensino.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
14.5	2024	Incentivar a articulação entre Graduação, Pós-Graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
14.6	2024	Incentivar a articulação entre Pós-Graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da Educação Básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA

#### Meta 15 - Formação de Professores

**Meta 15- Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.**

A Meta 15 tem por objetivo assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, por meio de uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município.

Para monitorar esse objetivo, foi desenvolvido o seguinte indicador:

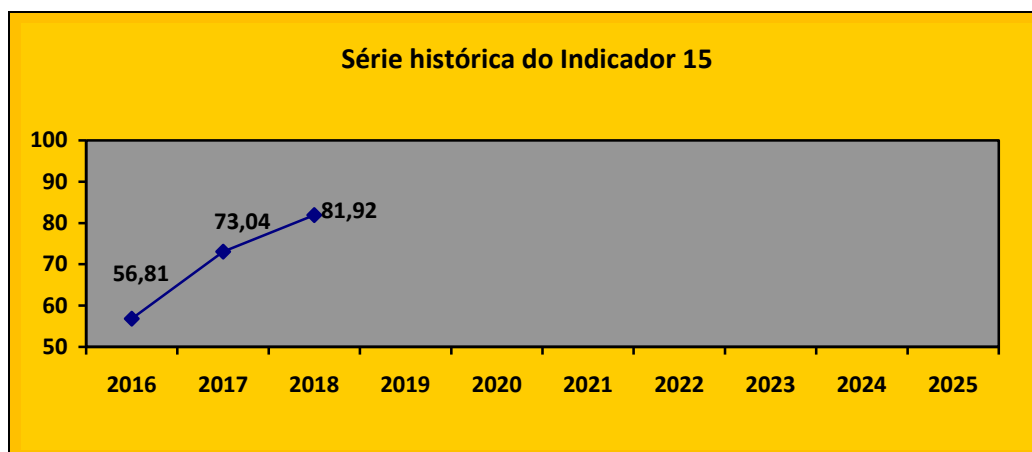
– *Indicador 15: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica.*

(Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 347).

Análise: No ano de 2018, 18,08% dos professores da educação básica de Luiz Alves não tinham licenciatura na área de atuação. Acredita-se que a causa principal seja a possibilidade de admissão em caráter temporário de estudantes de cursos de licenciatura para atuar como professores.

A valorização do magistério está prevista na minuta do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério ([Lei Complementar nº 26/2019](#)) Art. 3º e Art. 40.

Indicador 15	Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na Educação Básica.			
META PREVISTA PARA 2024	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR	
100	Dado oficial	2016	56,81	<a href="http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores/dossie-localidades">http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores/dossie-localidades</a>
	Dado oficial	2017	73,04	
	Dado oficial	2018	81,92	Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, planilha 2.4.



Dados:

Total de professores na Educação Básica: 166

Professores com Nível Superior com licenciatura: 136

Professores com formação a nível de Ensino Médio: 29

Cálculo:

$$136 \cdot 100 / 166 = 81,92$$

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
15.1	2024	Cooperar com a União e o Estado, através de ações conjuntas, a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
15.2	2024	Incentivar a docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061, 2057.	REALIZADA

15.3	2024	Divulgar sobre o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
15.4	2024	Estimular o acesso aos programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, Educação Especial.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061, 2057.	REALIZADA
15.5	2024	Apoiar a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
15.6	2024	Oportunizar e valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
15.7	2024	Apoiar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2061, 2057.	REALIZADA
15.8	2024	Manter formação continuada em serviços, a todos os profissionais da Educação Básica, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064	REALIZADA
15.9	2024	Incentivar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064, 2053.	NÃO REALIZADA
15.10	2024	Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da Educação Básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064	REALIZADA
15.11	2024	Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
15.12	2024	Incentivar a ampliação de políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064	NÃO REALIZADA
15.13	2024	Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064	EM ANDAMENTO

### Meta 16 - Formação Continuada e Pós-Graduação de Professores

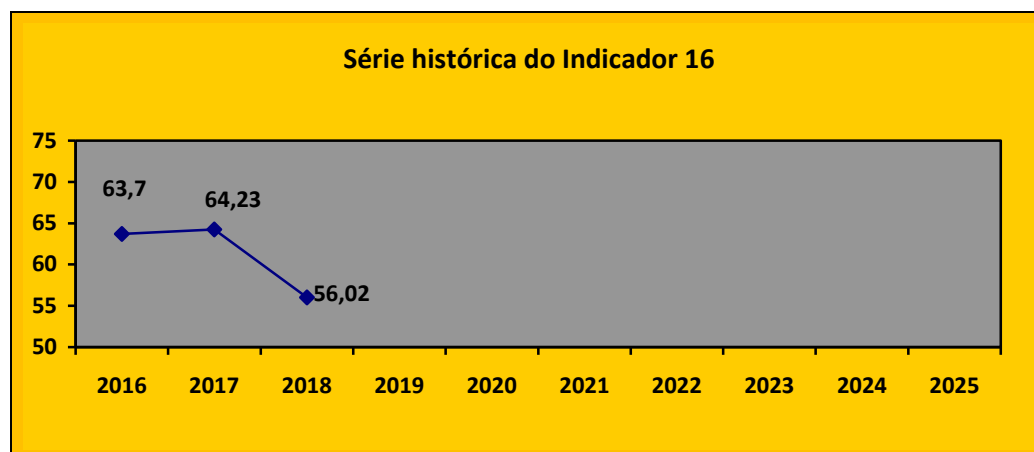
**Meta 16- Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da Educação Básica em nível de Pós-Graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.**

Na Meta 16, o objetivo central é formar em nível de pós-graduação 75% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PME. Para monitorar esta meta foi utilizado o indicador a seguir, calculado a partir das informações disponíveis no Censo da Educação Básica:

– *Indicador 16: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.* (Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 363).

Análise: A meta municipal prevista está bem acima da meta do PNE, que é formar 50% dos professores em nível de pós-graduação. A N.T. 028/2017 altera a meta do PME para adequá-la à meta do PNE. Em 2018, 56,02% dos professores de educação básica do Município de Luiz Alves tinham pós-graduação.

Indicador 16	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.			
META PREVISTA PARA 2024	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR	
75	Dado oficial	2016	63,70	<a href="http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica-2016">http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica-2016</a> - planilha 2.4
	Dado oficial	2017	64,23	<a href="http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica-2017">http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica-2017</a> - planilha 2.4
	Dado oficial	2018	56,02	Sinopse Estatística da Educação Básica 2018, planilha 2.4.



#### Cálculo

##### Dado oficial:

Quantidade de professores = 166

Quantidade de professores com pós-graduação (especialização e mestrado) = 93

=  $93 \times 100 / 166 = 56,02\%$

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
16.1	2024	Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de Pós-Graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Município.	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO
16.2	2024	Apoiar política estadual e nacional de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica. (Alterada pela N.T. 015/2017)	NÃO SE APLICA	REALIZADA Através da oferta de transporte escolar e da ascensão na carreira.
16.3	2024	Apoiar e garantir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064	NÃO REALIZADA Não há as escolas aqui consideradas.
16.4	2024	Estimular a articulação entre a Pós-Graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA

### Meta 17 - Valorização do Professor

**Meta 17- Valorizar os profissionais do magistério da Rede Municipal de Ensino de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano de vigência deste PME.**

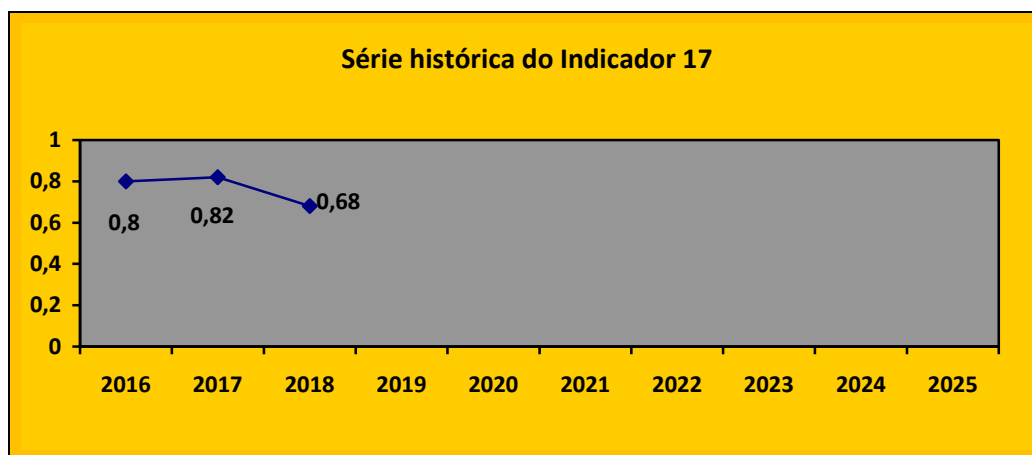
A Meta 17 do PME tem como objetivo central a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o ano de 2020 (final do sexto ano de vigência do PNE 2014-2024). Para o monitoramento desta meta, é utilizado o seguinte indicador:

– *Indicador 17: Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores com escolaridade equivalente.*

(Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016. pág. 383).

Análise:

Indicador 17	Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores, com escolaridade equivalente.			
META PREVISTA PARA 2024	META ALCANÇADA			FONTE DO INDICADOR
1	Dado oficial	2016	0,80	Recursos Humanos – Prefeitura Municipal de Luiz Alves
	Dado oficial	2017	0,82	<a href="#">Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Luiz Alves</a>
	Dado oficial	2018	0,68	<a href="#">Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Luiz Alves</a>



Para o cálculo, foi feita a comparação entre o salário base do professor e o salário base de assistente social da Prefeitura, pois são profissionais de nível superior com o mesmo tempo mínimo de formação (4 anos).

Cálculo:

Salário base de professor com carga horária de 40 horas em março de 2018 = R\$ 2.455,35

Salário de assistente social com carga horária de 20 horas em março de 2018 = R\$ 1.789,82. Para 40 horas, portanto = 3.579,64

$X = 2.455,35/3.579,64$

$X = 0,68$

ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
17.1	2024	Constituir o fórum permanente no Município para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica. (EXCLUIR POR N.T.)	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA Não foi constituído fórum, mas o piso salarial é atualizado tempestivamente
17.2	2024	Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
17.3	2024	Respeitar o cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino e em um único estabelecimento escolar.	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO É respeitada a jornada de trabalho, mas não em um único estabelecimento de ensino.
17.4	2024	Buscar junto à União e ao Estado a assistência financeira específica para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, mantendo ou melhorando o piso salarial nacional profissional.	NÃO SE APLICA	REALIZADA



### Meta 18 – Plano de Cargos e Remuneração

**Meta 18- Adequar, a cada 2 (dois) anos, o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal, de modo a assegurar que o piso salarial inicial tenha como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.**

Análise: Para efeito de cálculo, foi verificada a existência de Plano de Cargos e Salários do Magistério Público (Lei Municipal 1411/2010, alterada pela Lei Complementar 03/2017). Desde a aprovação do novo plano de carreira, está sendo realizado o enquadramento dos professores na tabela de ascensão funcional. Também foi considerado que o piso salarial inicial do professor tem como referência o piso salarial nacional do magistério, conforme a Lei Complementar nº 03 de 2017.

Indicador 18	Existência de plano de cargos e remuneração vigente			
META PREVISTA PARA 2016	META ALCANÇADA		FONTE DO INDICADOR	
100	Dado oficial	2016	100	<u>Lei Municipal 1411/2010</u> - Plano de Cargos e Salários do Magistério
	Dado oficial	2017	100	Lei Complementar 03/2017 - altera lei 1411/2010
	Dado oficial	2018	100	Lei Complementar 03/2017 - altera lei 1411/2010



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
18.1	2016	Realizar, a cada 2 (dois) anos, a atualização do Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal dos profissionais da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
18.2	2024	Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2056, 2064, 2054,2062.	REALIZADA

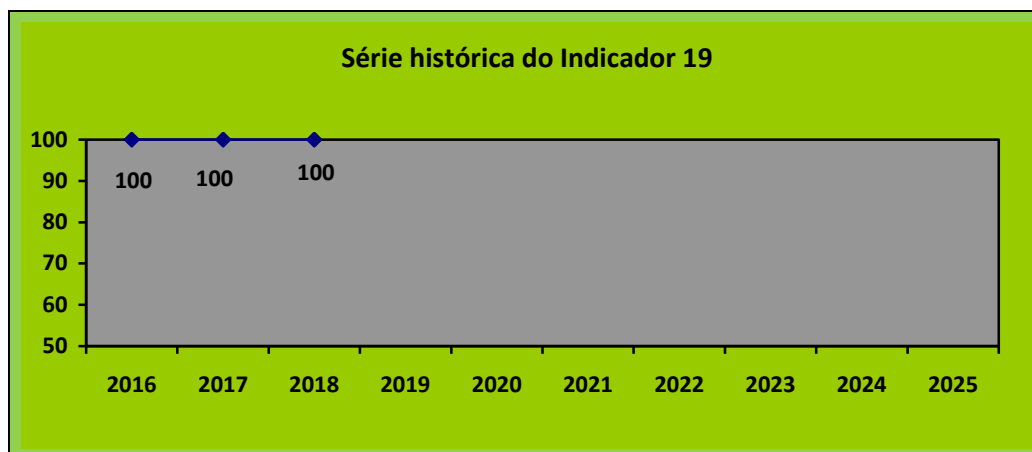
18.3	2024	Contribuir para o estabelecimento de ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	NÃO SE APLICA	REALIZADA A Prefeitura oferece plano de saúde.
18.4	2024	Estruturar a Rede Pública Municipal de Educação Básica, de modo a que pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO
18.5	2024	Assegurar a realização de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
18.6	2024	Acompanhar os profissionais iniciantes da Educação Básica, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
18.7	2024	Fiscalizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o Município. (Alterada pela N.T. 017/2017)	NÃO SE APLICA	REALIZADA
18.8	2024	Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Município, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira. (Alterada pela N.T. 018/2017)	NÃO SE APLICA	REALIZADA
18.9	2024	Manter, no Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal, que as escolas de Educação Básica ofereçam serviços de Assistente Técnico Pedagógico (quando necessário devido ao número de alunos) realizado por profissionais habilitados na área.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2054, 2062.	REALIZADA

#### Meta 19 - Gestão Democrática

**Meta 19- Manter as políticas locais para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico em regime de colaboração com a União e Estado.**

Análise: Para efeito de cálculo, foi considerado que em todas as escolas da Rede Municipal e da Rede Estadual, em Luiz Alves, há Associação de Pais e Professores, e que em todas as escolas municipais há Conselhos Escolares. O critério de eleição para diretores não foi considerado, pois o Tribunal de Justiça de Santa Catarina está com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a questão ( ADI 40228288320178240000 Capital 4022828-83.2017.8.24.0000 - Direta de Inconstitucionalidade : ADI 40228288320178240000 Capital 4022828-83.2017.8.24.0000).

Indicador 19					Existência de Conselhos escolares e/ou Associação de Pais e Professores nas escolas				
META PREVISTA PARA 2024		META ALCANÇADA			FONTE DO INDICADOR				
100	Dado oficial	2016	100	Secretaria Municipal de Educação					
	Dado oficial	2017	100						
	Dado oficial	2018	100						



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
19.1	2024	Aprovar legislação específica que regulamente a gestão democrática escolar na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar. (Alterada pela N.T. 019/2017)	NÃO SE APLICA	EM ANDAMENTO
19.2	2024	Apoiar e incentivar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, garantir recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. (Alterada pela N.T. 020/2017)	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2053.	REALIZADA
19.3	2024	Avaliar a necessidade da instituição do Fórum Permanente de Educação ou o encaminhamento da responsabilidade do acompanhamento da execução do PME a outro órgão. (Alterada pela N.T. 021/2017)	NÃO SE APLICA	REALIZADA O acompanhamento do PME é realizado pela Equipe de Monitoramento do PME.
19.4	2024	Estimular, em todas as redes de Educação Básica, o fortalecimento de associações de pais, proporcionando espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	NÃO SE APLICA	REALIZADA

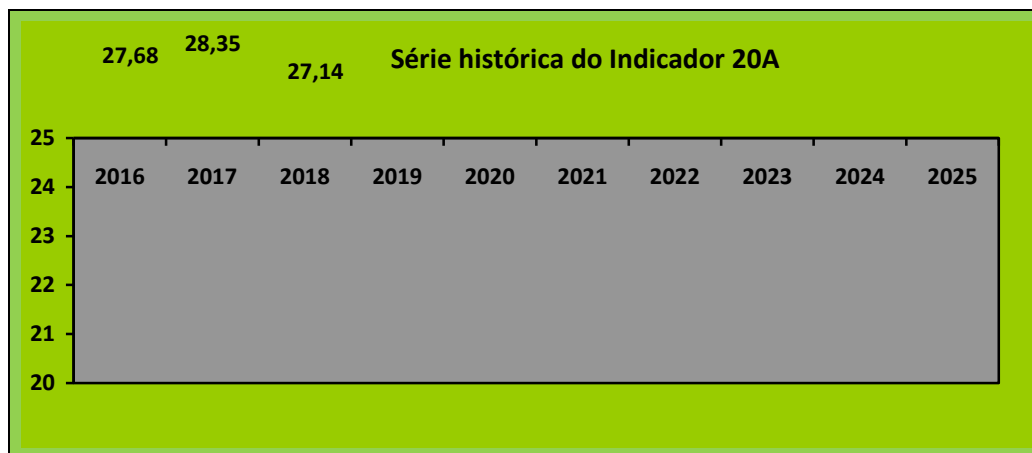
19.5	2024	Estimular a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares. (Alterada pela N.T. 022/2017)	NÃO SE APLICA	REALIZADA
19.6	2024	Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
19.7	2024	Desenvolver programa de formação continuada para gestores das escolas.	NÃO SE APLICA	REALIZADA Terceirização da formação.
19.8	2017	Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de três anos, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
19.9	2016	Instituir instrumentos de avaliação da gestão escolar da Educação Básica e demais profissionais da educação, através de Avaliação Institucional, no prazo de 02 (dois) anos após a publicação deste Plano. (Alterada pela N.T. 023/2017)	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
19.10	2024	Divulgar, através do portal de transparência, utilização dos recursos públicos aplicados na educação da Rede Municipal de Ensino.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
19.11	2024	Fortalecer os Conselhos Municipais de Educação, da Alimentação Escolar e do FUNDEB, como órgãos autônomos, plurais e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2053	REALIZADA
19.12	2024	Capacitar os profissionais da educação para desenvolvimento das ações dos Conselhos Escolares com eficácia.	PPA 2017/2021 – Lei 1684/2017 Ação 2053	EM ANDAMENTO
19.13	2024	Acompanhar constantemente o Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas pelo Município.	NÃO SE APLICA	REALIZADA

### Meta 20 - Financiamento da Educação

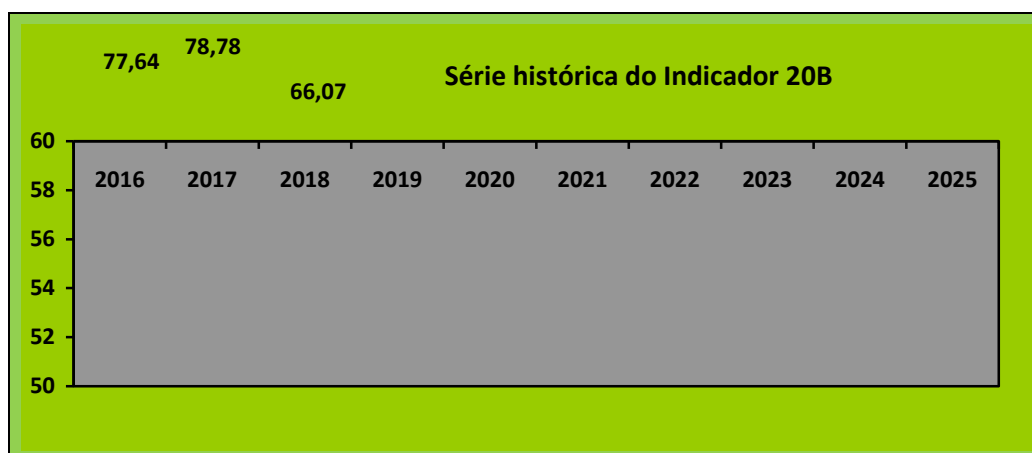
**Meta 20- Manter e ampliar o investimento público em educação pública, em regime de colaboração com a União e Estado, de forma a acompanhar o crescimento do investimento nacional.**

Análise: Os indicadores para acompanhar e avaliar o investimento do Município em educação pública são os apresentados pelo SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação.

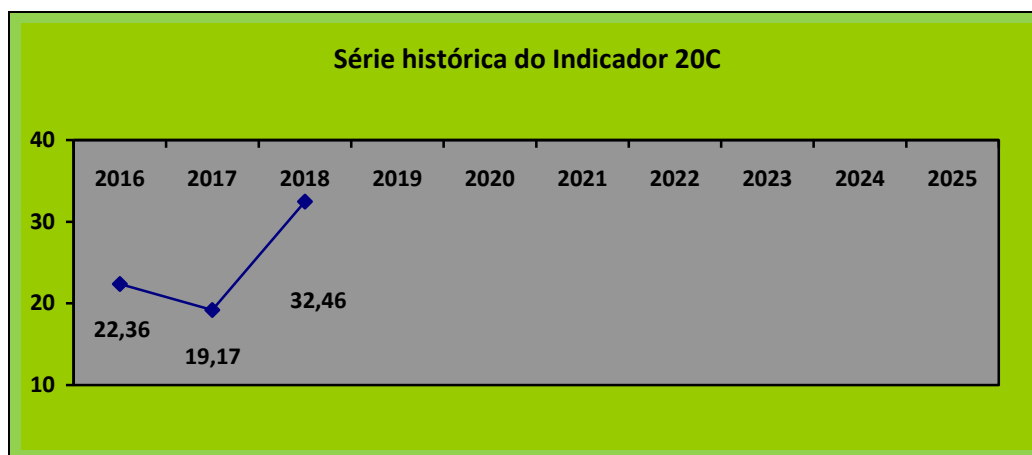
Indicador 20A	Percentual da aplicação da receita de impostos e transferências vinculadas à Educação em MDE (mínimo de 25%)			
META PREVISTA PARA 2015 a 2024	META ALCANÇADA			FONTE DO INDICADOR
25	Dado oficial	2016	27,68	RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) <a href="ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2016.pdf">ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2016.pdf</a>
	Dado oficial	2017	28,32	RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) <a href="ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2017.pdf">ftp://ftp.fnnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2017.pdf</a>
	Dado oficial	2018	27,14	RREO Municipal 421000 6 2018 ( <a href="https://www.fnnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp">https://www.fnnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp</a> )



Indicador 20B	Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%)			
META PREVISTA PARA 2015 a 2024	META ALCANÇADA			FONTE DO INDICADOR
60	Dado oficial	2016	77,64	RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) <a href="ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2016.pdf">ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2016.pdf</a>
	Dado oficial	2017	78,78	RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) <a href="ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2017.pdf">ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2017.pdf</a>
	Dado oficial	2018	66,07	RREO Municipal 421000 6 2018 ( <a href="https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp">https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp</a> )



Indicador 20C	Percentual de aplicação FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)			
META PREVISTA PARA 2015 a 2024	META ALCANÇADA			FONTE DO INDICADOR
Abaixo de 40%	Dado oficial	2016	22,36	RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) <a href="ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2016.pdf">ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2016.pdf</a>
	Dado oficial	2017	19,17	RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) <a href="ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2017.pdf">ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope/RREO/RREO_Municipal_421000_1_2017.pdf</a>
	Dado oficial	2018	32,46	RREO Municipal 421000 6 2018 ( <a href="https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp">https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp</a> )



ESTRATÉGIAS	PRAZO DA ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO DA ESTRATÉGIA	PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	ESTRATÉGIA REALIZADA/NÃO INICIADA/EM ANDAMENTO
20.1	2024	Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.2	2024	Cooperar, com a União e o Estado, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.3	2024	Acompanhar a destinação à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212 da Constituição Federal.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.4	2024	Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e do Município, os Tribunais de Contas do Estado e o Ministério Público. (Alterada pela N.T. 025/2017)	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.5	2024	Desenvolver, com apoio da contabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal, <u>estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação</u> , em todos os níveis, etapas e modalidades.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
20.6	2024	Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
20.7	2024	Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e o Município, em material educacional, e a articulação do Sistema Municipal de Ensino em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais locais.	NÃO SE APLICA	REALIZADA

20.8	2024	Buscar, junto à União e Estado, a complementação de recursos financeiros para o Município quando não atingir o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.	NÃO SE APLICA	NÃO REALIZADA
20.9	2024	Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.10	2024	Acompanhar a definição dos critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.005/2014. (Alterada pela N.T. 026/2017 – reformula estratégia 20.10: para adequar a competência.)	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.11	2024	Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.12	2024	Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.	NÃO SE APLICA	REALIZADA
20.13	2024	Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.	NÃO SE APLICA	REALIZADA

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme INEP - PNE em Movimento – Construindo Indicadores Educacionais nos Municípios, pág.4,

Um plano decenal de educação tem, entre suas funções, a de firmar compromissos públicos entre a sociedade e os entes governamentais. Tais pactos são traduzidos em metas factíveis e objetivas. (...) Nesse sentido, as metas expressam as expectativas da sociedade civil, do poder público e da população quanto ao que se deseja construir em âmbito educacional. Geralmente, elas são caracterizadas por uma proposição objetiva voltada para uma situação que ainda não existe, mas que passa a integrar o horizonte a ser perseguido pelas políticas públicas durante um decênio, de modo a envolver os poderes públicos para além do intervalo de um mandato executivo ou de uma legislatura, configurando-se, assim, como um compromisso mais amplo. As metas podem englobar objetivos qualitativamente distintos, como a aprovação de leis, a universalização do acesso à escola, a ampliação da escolaridade média, a construção de currículos, a definição de planos de carreira, a melhoria da estrutura escolar, a inclusão de grupos populacionais específicos, entre outros. Elas devem ser atingidas por meio das estratégias, que implicam na existência de políticas, ações e intervenções públicas concretas.

A ausência de dados oficiais atualizados da população por faixa etária e outros dados do município de Luiz Alves dificultaram o monitoramento do PME. Felizmente, no início de setembro de 2018, o Tribunal de Contas do Estado de SC forneceu uma estimativa populacional de zero a 17 anos para todos os municípios de Santa Catarina, mas que não contempla a faixa etária de 16 anos.

Conforme o Anexo 1 e o Anexo 6, dentre 38 metas e submetas, em 2018 o município cumpriu apenas 12, ou seja, 31,57%.

Os indicadores cumpridos foram em relação à matrícula em classes comuns de estudantes com deficiência e/ou superdotados, educação integral, taxa de analfabetismo funcional, educação técnica profissional na rede pública, percentual de mestres e doutores no ensino superior, existência de Plano de Carreira e Remuneração, gestão democrática e em relação ao investimento em Educação.

Apesar da importância de todas as metas e indicadores do PME, o município tem responsabilidade constitucional sobre a educação infantil e o Ensino Fundamental. Portanto, sugere-se que seus esforços tenham como foco o alcance das metas 1, 2, 6 e 7, diretamente relacionadas a estas duas etapas da educação.

Analisando o cumprimento das 253 estratégias, o município realizou 180 (71,14%), iniciou 31 (12,25%) e ainda não realizou 42 (16,60%). Dentre as não realizadas, apenas duas estão com prazo vencido: 19.8 (2016) e 19.9 (2017). O restante tem como prazo o ano final do PME. Portanto, ainda com prazo para o cumprimento.

Considerando as 14 estratégias com prazo já vencido, o município iniciou uma (estratégia 9.2) não realizou as estratégias 19.8 e 19.9, e cumpriu as 11 restantes.



## ANEXOS

## Anexo 1 – Metas previstas/alcançadas em 2018

Metas	Descrição do Indicador	Prazo	Meta Prevista	Meta Executada	Alcançou Meta?
1.A	Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar)	2016	100	87	NÃO
1.B	Percentual população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche.	2024	80	49,02	NÃO
2.A	Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.	2024	100	98,31	NÃO
2.B	Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.	2024	95	49,81	NÃO
3.A	Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.	2016	100	97,89	NÃO
3.B	Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos	2024	90	68,30	NÃO
4.A	Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.	2024	100	100	SIM
4.B	Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2024	100	100	SIM
5.A	Estudantes com proficiência insuficiente em Leitura (nível 1 da escala de proficiência)	2024	0	6,70	NÃO
5.B	Estudantes com proficiência insuficiente em Escrita (níveis 1, 2 e 3 da escala de proficiência)	2024	0	12,66	NÃO
6.A	Percentual de alunos da educação básica pública em tempo integral.	2024	40	15,98	NÃO
6.B	Percentual de escolas públicas com ao menos um aluno que permanece, no mínimo, 7 horas diárias em atividades escolares.	2024	65	72,72	SIM
7.A	Média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental	2017	6,8	6	NÃO
7.B	Média do IDEB nos anos finais do ensino fundamental.	2017	6,1	5,20	NÃO
7.C	Média do IDEB do ensino médio. Meta Municipal	2017	5,2	3,10	NÃO
8.A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade.	2024	12	10,30	NÃO
8.B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural.	2024	12	9,50	NÃO
8.C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita).	2024	12	9,50	NÃO
8.D	Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.	2024	0	94,60	NÃO
9.A	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.	2017	98	96,97	NÃO
9.B	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.	2024	16,85	3,02	SIM
10	Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional	2024	10	0	NÃO
11.A	Matrículas em educação profissional técnica de nível médio: número absoluto.	2024	168	47	NÃO
11.B	Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.	2024	15	16	SIM
12.A	Taxa bruta de matrículas na educação superior.	2024	55	43,10	NÃO
12.B	Taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior	2024	40	31,90	NÃO
13.A	Percentual de docentes com Mestrado ou Doutorado na Educação Superior	2024	80	80,33	SIM
13.B	Percentual de docentes com Doutorado na Educação Superior	2024	40	41,34	SIM

14.A	Número de títulos de mestrado concedidos por ano.	2024	2.400	2.315	NÃO
14.B	Número de títulos de doutorado concedidos por ano.	2024	900	759	NÃO
15	Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento que lecionam na Educação Básica.	2024	100	81,92	NÃO
16	Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.	2024	75	56,02	NÃO
17	Razão entre o salário médio de professores da educação básica da rede pública (não federal) e o salário médio de não professores, com escolaridade equivalente	2024	1	0,68	NÃO
18	Possui plano de cargos e remuneração vigente?	2016	100	100	SIM
19	Existência de Conselhos escolares e/ou Associação de Pais e Professores nas escolas	2024	100	100	SIM
20.A	Percentual da aplicação da receita de impostos e transferências vinculadas à Educação em MDE (mínimo de 25%)	2016	25	27,14	SIM
20.B	Percentual de aplicação do FUNDEF ou FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%)	2016	60	66,07	SIM
20.C	Percentual de aplicação do FUNDEF ou FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)	2016	40	32,46	SIM

## Anexo 2 – Resultados ANA 2016 – Luiz Alves

DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIAS POR MUNICÍPIO - ANA 2016																	
UF	CÓDIGO DO MUNICÍPIO	NOME DO MUNICÍPIO	REDE	LOCALIZAÇÃO	LEITURA				ESCRITA					MATEMÁTICA			
					Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
42	4210001	Luiz Alves	Estadual	Todos	10,37	31,62	43,52	14,49	5,77	6,47	0	80,09	7,67	17,06	28,34	16,19	38,41
42	4210001	Luiz Alves	Estadual	Urbana	10,37	31,62	43,52	14,49	5,77	6,47	0	80,09	7,67	17,06	28,34	16,19	38,41
42	4210001	Luiz Alves	Municipal	Rural	0	13,28	52,75	33,97	5,31	7,88	0	65,66	21,15	8,07	16,33	21,46	54,13
42	4210001	Luiz Alves	Todos	Rural	0	13,28	52,75	33,97	5,31	7,88	0	65,66	21,15	8,07	16,33	21,46	54,13
42	4210001	Luiz Alves	Todos	Todos	6,7	33,73	39,61	19,97	6,62	6,04	0	77,52	9,82	11,31	24,02	21,84	42,83
42	4210001	Luiz Alves	Todos	Urbana										12,14	25,97	21,93	39,96

## Anexo 3 – Estimativa da população de Luiz Alves – TCE/SC

## ESTIMATIVA POPULACIONAL 2017 PARA LUIZ ALVES - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## INFORMAÇÕES DO CENSO 2010

Município	NA ESCOLA em 2010		FORA DA ESCOLA em 2010		TOTAL em 2010		% 0 a 3 na escola	% 4 e 5 na escola	POPULAÇÃO 2010	% da população total do município com 0 a 3 anos em 2010	% da população total do município com 4 e 5 anos em 2010	
	0 a 3 anos	5 anos	0 a 3 anos	4 anos	5 anos	0 a 3 anos						4 e 5 anos
Luiz Alves	193	152	392	44	15	586	342	33,00%	82,76%	10438	5,61%	3,27%

Abatendo a variação na taxa de natalidade do IBGE para SC entre 2010 e 2017

POPULAÇÃO IBGE 2017	Estimativa "bruta" da população de 0 a 3 anos em 2017	Estimativa "bruta" da população de 4 e 5 anos em 2017	Estimativa final da população de 0 a 3 anos (considerando a variação na taxa de natalidade)	Estimativa final da população de 4 e 5 anos (considerando a variação na taxa de natalidade)
12415	723	421	663	405

Município	POPULAÇÃO 2010	1 a 3 anos na escola em 2010	1 a 3 fora da escola	TOTAL 1 a 3 em 2010	4 a 7 na escola	4 a 7 fora da escola	TOTAL 4 a 7 em 2010	8 a 10 na escola	8 a 10 em 2010 NÃO escola	TOTAL 8 a 10 em 2010	População de 6 a 10 anos em 2010 que frequenta escola	População de 6 a 10 anos em 2010 que NÃO frequenta escola	TOTAL 6 a 10 anos em 2010	População de 11 a 14 anos em 2010 que frequenta escola	População de 11 a 14 anos em 2010 que NÃO frequenta escola	TOTAL 11 a 14 anos em 2010
Luiz Alves	10438	242	491	732	596	70	666	470	10	480	783	0	783	697	29	726

População de 15 a 17 anos em 2010 que frequenta escola	População de 15 a 17 anos em 2010 que NÃO frequenta escola	POPULAÇÃO 2017	DIFERENÇA POPULACIONAL ENTRE 2010 e 2017	População de 6 a 10 anos em 2017 (-1 a 3 em 2010)	População de 11 a 14 anos em 2017 (4 a 7 em 2010)	População de 15 a 17 anos em 2017 (8 a 10 em 2010)	Variação 6 a 10	Variação 11 a 14	Variação 15 a 17
459	145	12413	0,189212	871	791	571	11,22%	8,97%	-5,53%

**Anexo 4 - Tabela da população de 0 a 5 anos de Luiz Alves – 2018 – Vigilância Epidemiológica/SC**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>1 ANO</b>	<b>2 ANOS</b>	<b>3 ANOS</b>	<b>4 ANOS</b>	<b>5 ANOS</b>
<b>Luiz Alves</b>	168	155	160	164	167

**Anexo 5 – Alunos não matriculados no Ensino Médio em Luiz Alves no ano de 2018**

<b>ALUNOS NÃO MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO EM LUIZ ALVES EM 2018</b>	
BRUNA MULLER	12/03/2002
BRUNO MULLER	29/10/2002
DIOVANA EDUARDA HOFFMANN	3/10/2002
ELLEN SAMIRA ALVES LOPES	01/09/2002
FELIPE THIAGO DE SENA VON PARASKI	31/08/2002
GUSTAVO MENDES DA LUZ	29/11/2002
GUSTAVO GABRIEL DO NASCIMENTO FERNANDES	11/07/2002
HELEN CATARINI ALTINI	15/08/2002
JULIA ALBA GAYA	13/05/2002
JULIA ROBERTA WUST	20/04/2002
LORRANA SANTOS CAVALHEIRO	15/07/2002
LUAN FELIPE MARTINS	17/12/2002
LUAN VICTOR BORGES MARTINS	31/12/2002
PAMELA CRISTINA MOIRER	20/03/2002
PAOLA CAROLINE LONGHI	3/05/2002
SAMIRA KREISCH	20/05/2002
TAINARA APARECIDA MARTINS	26/05/2002
VINICIUS MULLER MARTINI	29/04/2002
VITOR ALEXANDRE VOLLES MENEL	29/04/2002
<b>TOTAL: 19</b>	

Fonte: EEB Gov. Irineu Bornhausen, EEB João Gaya e EBM Prof. Rafael Rech.

## Anexo 6 – Situação dos indicadores

Número do Indicador	Descrição do Indicador	Ano	Meta Prevista	Meta Executada	Meta Executada	Meta Executada
				no Período - Dado Oficial	no Período - Dado Oficial	no Período - Dado Oficial
				2016	2017	2018
1.A	1A - Universalizar, até 2016, atendim	2016	100	88,7	97,14	87
1.B	1B - Ampliar a oferta de educação in	2024	80	45,6	52,94	49,02
2.A	2A - Percentual da população de 6 a 1	2024	100	89,7	99,15	98,31
2.B	2B - Percentual de pessoas de 16 an	2024	95	81,9	86,02	49,81
3A	3A Percentual da população de 15 a 1	2016	100	68	83,53	97,89
3B	3 B - Taxa de escolarização líquida no	2024	85	51,9	60,94	68,3
4A	4 A - Percentual da população de 4 a	2024	100	96,36	100	100
4B	4 B - Percentual de matrículas em cla	2024	100	100	100	100
5A	5 A - Estudantes com proficiência ins	2024	0	4,22	6,7	6,7
5B	5 B - Estudantes com proficiência ins	2024	0	11,07	12,66	12,66
6A	6 A - Percentual de alunos da educaç	2024	40	11,28	11,28	11,28
6B	6 B - Percentual de escolas públicas c	2024	65	18,2	45,45	72,72
7A	7 A - Média do IDEB nos anos iniciais	2015	6.6	6,8	6	6
7B	7 B - Média do IDEB nos anos finais d	2015	5.9	4,8	5,2	5,2
7C	7 C - Média do IDEB do ensino médio	2015	4.7	3,8	3,1	3,1
8A	8 A - Escolaridade média da populaçã	2024	12	10,3	10,3	10,3
8B	8 B - Escolaridade média da populaçã	2024	12	9,5	9,5	9,5
8C	8 C - Escolaridade média da populaçã	2024	12	9,5	9,5	9,5
8D	8 D - Razão entre a escolaridade méd	2024	100	94,6	94,6	94,6
9A	9A - Taxa de alfabetização da popula	2024	98	95,6	96,97	96,97
9B	9 B - Taxa de analfabetismo funcion	2024	16,87	33,7	33,7	3,02
10	10 - Percentual de matrículas de edu	2024	10	0,6	0,7	0
11A	11 A - Matrículas em educação profis	2024	168	56	35	47
11B	11 B - Número absoluto de matrícula	2024	15	4	5	16
12A	12 A - Taxa bruta de matrículas na ec	2024	55	14,2	43,1	43,1
12B	12 B - Taxa líquida de escolarização a	2024	40	16,2	31,9	31,9
13A	13 A - Percentual de docentes com M	2024	75	75,4	77,5	80,33
13B	13 B - Percentual de docentes com D	2024	35	37,2	39,8	41,34
14A	14 A - Número de títulos de mestrado	2024	2.400	2.272	2.315	2.315
14B	14 B - Número de títulos de doutorad	2024	900	666	759	759
15	15 - Proporção de docências com pro	2016	100	56,81	73,04	81,92
16	16 - Percentual de professores da edu	2024	75	63,7	64,23	56,02
17	17 - Razão entre o salário médio de p	2024	1	0,8	0,76	0,68
18	18 - Existência de plano de cargos e r	2024	100	100	100	100
19	19 - Existência de Conselhos escolare	2024	100	100	100	100
20A	20 A - Percentual da aplicação da rece	2016	25	27,68	28,32	27,14
20B	20 B - Percentual de aplicação do FUN	2016	60	77,64	78,78	66,07
20C	20 C - Percentual de aplicação do FUN	2016	40	22,36	19,17	32,46

**Anexo 7 – Situação das estratégias e previsão orçamentária (monitoramento 2017, 2018 e 2019)**

Número da Estratégia	Descrição da Estratégia	Prazo	Previsões Orçamentárias (2016)	Previsões Orçamentárias (Lei 1684/2017 - PPA 2017 - 2021)	Alcançou Estratégia? (ano do monitoramento)		
					2017	2018	2019
1.1	1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão da Rede Municipal de Ensino de Educação Infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.	2016	PPA (Lei1539/2013) 0-0-1-0 Ação 1.009 - 4.4.90 PPA (Lei1539/2013) 0-0-1-0 e Ação 1.009 - 4.4.90	Ação 1.018	SIM	SIM	SIM
1.2	1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil das crianças de até 03 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
1.3	1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por Creche para a população de até 03 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no Município.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
1.4	1.4 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por Creches.	2015	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
1.5	1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, respeitando as normas de acessibilidade, o Programa de Construção e Reestruturação de Escolas de Educação Infantil, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e a melhoria da rede física de escolas públicas de Educação Infantil.	2024	PPA 0-0-1-0) Ação 1.009 - 4.4.90 (PAR)	Ação 1.018	EM AND	EM AND	SIM
1.6	1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação da Educação Infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 02 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
1.7	1.7 Manter e expandir, conforme necessário, a oferta de matrículas gratuitas em Creches na Rede Municipal de Ensino.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 1.018	SIM	SIM	SIM
1.8	1.8 Incentivar a formação inicial dos profissionais da Educação Infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2064	EM AND	SIM	SIM
1.9	1.9 Assegurar, durante a vigência deste plano, a oferta de formação continuada aos profissionais da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, possibilitando periodicamente cursos, seminários e grupos de estudos que atendam as reais necessidades e peculiaridades desta etapa de ensino.	2024	PPA (função12/ sub 365/programa 0010)	Ação 2064	SIM	SIM	SIM
1.10	1.10 Articular-se com Instituições de Ensino Superior, Pós-Graduação, Núcleos de Pesquisa e Cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de Currículos e Projetos Político-pedagógicos que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de zero a 05 (cinco) anos.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM



1.11	1.11 Fomentar o atendimento às populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada.	2024	não contemplado	Ação 1.018	NÃO	NÃO	EM AND
1.12	1.12 Priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	SIM	SIM	SIM
1.13	1.13 Viabilizar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 03 (três) anos de idade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
1.14	1.14 Preservar as especificidades da Educação Infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de zero a 05 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do(a) aluno(a) de 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 1.018	SIM	SIM	SIM
1.15	1.15 Articular a transição da Creche para o Pré-Escolar e do Pré-Escolar com o Ensino Fundamental, promovendo momentos de diálogo entre os profissionais da educação (Assistente Técnico Pedagógico, Coordenadores e Diretores) e Professores envolvidos nas referidas etapas de ensino, a fim tornar menos traumática esta transição, assim como promover a preparação das crianças.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
1.16	1.16 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
1.17	1.17 Estabelecer, em parceria com a Secretaria da Saúde e Assistência Social, levantamento de crianças com idade escolar na Educação Infantil, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 03 (três) anos de idade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
1.18	1.18 Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta na Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento nesta etapa de Ensino.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	EM AND	SIM
1.19	1.19 Assegurar o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para todas as crianças de zero a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	2024	PPPA função 12/sub 365/programa 0010	Ação 2062	EM AND	EM AND	EM AND
1.20	1.20 Assegurar, durante a vigência deste plano, às instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, o fornecimento de materiais pedagógicos de qualidade, adequados às faixas etárias, e às necessidades do trabalho educacional.	2024	PPPA função 12/sub 365/programa 0012	Ação 2062	SIM	SIM	SIM
1.21	1.21 Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.	2024	PPPA função 12/sub 367/programa 0012	Ação 2062	SIM	SIM	SIM
1.22	1.22 Criar Lei que trata do número de estudantes/professor por turma.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
1.23	1.23 Garantir durante a vigência deste plano, alimentação escolar de qualidade para as crianças atendidas na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, através da colaboração financeira da União.	2024	PPPA função 10/sub 306/programa 0016	Ação 2052	SIM	NÃO	SIM

1.24	1.24 Autorizar, a partir da aprovação deste plano, somente a construção de novas instituições de Educação Infantil que obedeçam aos padrões de infraestrutura estabelecidos na Legislação em vigor.	2024	PPPA função 12/sub 365/programa 0010	Ação 1.018	SIM	SIM	SIM
1.25	1.25 Elaborar até o 2º (segundo) ano de vigência deste plano, a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, assegurando o desenvolvimento das linguagens e respeitando os valores culturais e artísticos nesta etapa de ensino.	2016	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.1	2.1 Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Fundamental.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
2.2	2.2 Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.3	2.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando estabelecer condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de Assistência Social e Saúde.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.4	2.4 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.5	2.5 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da Educação Especial e das escolas do campo.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2067	NÃO	NÃO	NÃO
2.6	2.6 Fomentar a distribuição e uso de recursos tecnológicos no processo educacional, através da elaboração de um plano que contemple a inserção gradativa destes.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	EM AND
2.7	2.7 Disciplinar, no âmbito do Sistema de Ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas do Município.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.8	2.8 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.9	2.9 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias e promover e fortalecer ações, visando à integração entre escola, família e comunidade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.10	2.10 Garantir o acesso, permanência e conclusão dos alunos do campo, bem como a formação de profissionais para atuação nessas comunidades, priorizando profissionais da localidade.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2054	SIM	SIM	SIM
2.11	2.11 Oferecer atividades complementares aos estudantes, ligadas às artes e ao esporte como incentivo e estímulo ao desenvolvimento de suas habilidades.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2054	SIM	SIM	SIM
2.12	2.12 Manter as formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054	NÃO	NÃO	SIM

2.13	2.13 Efetivar, com as áreas de Saúde e Assistência Social, rede de apoio ao Sistema Municipal de Ensino para atender o público da Educação Especial.	2024	PPA função 12/sub367/prog 0012	Ação 2067	SIM	SIM	SIM
2.14	2.14 Garantir o acesso e permanência dos alunos na educação pública, com acessibilidade ao transporte escolar com segurança, material escolar e esportivos, laboratórios de informática e espaços de leitura, visando a inclusão das diferentes etnias, com suficiência, diversidade e controle periódico.	2024	PPA 0.0.0.7	Ação 2054,2057, 2059, 2062,2066, 2067.	SIM	SIM	SIM
2.15	2.15 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.	2024	PPA função 10/sub306/programa 0016	Ação 2052	SIM	SIM	SIM
2.16	2.16 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas.	2024	PPA função 12/sub365/programa 0010	Ação 2.054 e 2062.	NÃO	NÃO	EM AND
2.17	2.17 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados, como condição para a melhoria do processo ensino e aprendizagem.	2024	não contemplado	Ação 2054	SIM	SIM	SIM
2.18	2.18 Criar mecanismos que garantam a organização pedagógica, o currículo e as práticas pedagógicas, evitando o transporte de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental do campo para escolas nucleadas ou para a cidade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
2.19	2.19 Monitorar os índices de distorção idade/série, com o objetivo de promover ações para redução dos mesmos com qualidade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.20	2.20 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no Ensino Fundamental.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054	SIM	SIM	SIM
2.21	2.21 Elaborar, até o 2º (segundo) ano de vigência deste plano, a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino, assegurando a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.	2016	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.22	2.22 Manter a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 1019	SIM	SIM	SIM
2.23	2.23 Aprimorar o atendimento das pessoas com necessidades especiais na Escola Municipal de Atendimento à Educação Especial - EAMEE, através de mais profissionais de apoio.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2067	SIM	SIM	SIM
2.24	2.24 Garantir o cumprimento da orientação do Conselho Municipal de Educação em relação ao número de matrículas mínima e máxima por turma, evitando prejuízos ao aprendizado dos alunos, garantindo boas condições de trabalho ao professor e suprimindo as necessidades pedagógicas das diversas faixas etárias.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
2.25	2.25 Articular a transição do 5º (quinto) para o 6º (sexto) ano, promovendo momentos de diálogo entre Assistente Técnico Pedagógico, Coordenadores/Diretores e Professores envolvidos nos referidos anos de ensino, a fim de tornar menos traumática esta transição e de diminuir os índices de reprovação das turmas de 6º (sexto) ano.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM

2.26	2.26 Assegurar durante a vigência deste plano, a oferta de formação continuada aos profissionais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, possibilitando periodicamente cursos, seminários e grupos de estudos que atendam as reais necessidades e peculiaridades desta etapa de ensino.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2056	SIM	SIM	SIM
2.27	2.27 Manter periodicamente adequação, reforma, ampliação e/ou manutenção das escolas, com garantia de condições adequadas de segurança, conforto ambiental, climatização, aterramento elétrico e acessibilidade para alunos, funcionários e público em geral.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2.054 e 1019.	SIM	SIM	SIM
3.1	3.1. Apoiar a institucionalização de política e programa estadual para o Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.	2016	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
3.2	3.2. Acompanhar a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos de Ensino Médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum, elaborada pelo Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados até o 2º (segundo) ano de vigência deste PME.	2017	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
3.3	3.3. Pactuar, entre União, Estado, e Município, no âmbito da instância permanente de que § 5º do Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do Ensino Médio.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
3.4	3.4. Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
3.5	3.5. Criar ações de correção de fluxo do Ensino Fundamental por meio do acompanhamento individualizado do(a) aluno(a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2054	SIM	SIM	SIM
3.6	3.6. Apoiar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, fundamentado em matriz de referência do Ensino Médio, articulando com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a Educação Básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição do conhecimento e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
3.7	3.7. Em regime de colaboração com o Estado, acompanhar e monitorar o acesso da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
3.8	3.8. Fortalecer, em regime de colaboração, a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de Assistência Social e Saúde.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM

3.9	3.9. Proporcionar para a população de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, acesso ao ensino técnico profissionalizante, através de transporte gratuito e seguro, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam frequentando o Ensino Médio ou fora da escola.	2024	não contemplado	Ação 2060	SIM	SIM	SIM
3.9	3.9. Manter a oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno e transporte escolar com segurança, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.	2024	PPA função 12/sub362/programa 0008	Ação 2059	SIM	SIM	SIM
3.10	3.10. Contribuir com políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
3.11	3.11. Implementar políticas de prevenção à evasão motivada pelo trabalho na adolescência e criar programas de acesso e permanência nesta etapa de ensino para o público trabalhador.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
3.12	3.12. Incentivar a promoção e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	NÃO
3.13	3.13. Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.	2019	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
4.1	4.1. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	SIM	SIM	SIM
4.2	4.2. Acompanhar o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para as matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebam Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
4.3	4.3. Promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a 03 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	EM AND	EM AND	SIM
4.4	4.4. Implantar, ao longo da vigência deste PME, salas de recursos multifuncionais nas escolas do Município, manter as Salas de Atendimento Educacional Especializado - SAEDE nas escolas estaduais e fomentar a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado nas escolas urbanas e do campo.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	NÃO	NÃO	NÃO
4.5	4.5. Garantir Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais, classes ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, matriculados na rede pública de Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	SIM	SIM	SIM
4.6	4.6. Manter a oferta de atendimento na Escola Municipal de Atendimento à Educação Especial - EAMEE, articulado com instituições acadêmicas e integrado por profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social,	2024	PPA função 12/sub367/programa	Ação 2067	EM AND	EM AND	EM AND

	Pedagogia, Fonoaudiologia e Psicologia, para prestar apoio ao trabalho dos professores e aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação matriculados nas redes de ensino no Município.		0012				
4.7	4.7. Manter e ampliar, em regime de colaboração com a União e o Estado, programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 1019, 1020, 2067.	EM AND	EM AND	EM AND
4.8	4.8. Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos e a aquisição de tecnologias assistivas.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	SIM	SIM	SIM
4.9	4.9. Manter a oferta anual, na vigência deste PME, de formação específica na Língua Brasileira de Sinais em nível básico e intermediário, aos professores e demais profissionais da Educação, com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2056, 2064	NÃO	NÃO	SIM
4.10	4.10. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados nas redes de ensino e escolas especiais, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o desenvolvimento integral do educando, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social e Saúde.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
4.11	4.11. Incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	NÃO	NÃO	NÃO
4.12	4.12. Estimular o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
4.13	4.13. Aderir às políticas públicas de Saúde, Assistência Social e direitos humanos, em parceria com as famílias, a fim de dar continuidade ao atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, às pessoas com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2066, 2067	SIM	SIM	SIM
4.14	4.14. Apoiar, em regime de colaboração com o Estado e a União, a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a oferta de professores de	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	SIM	SIM	SIM



	atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos e professores bilíngues.						
4.15	4.15. Identificar as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de zero a 17 (dezessete) anos, residentes no Município e em idade escolar, através do trabalho conjunto entre escolas, professores, equipe do EAMEE, das SAEDEs e com os órgãos públicos de Assistência Social e Saúde.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
4.16	4.16. Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de Pós-Graduação, observado o disposto no caput do Art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino e aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
4.17	4.17. Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o poder público, visando à ampliação da oferta de formação continuada e serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
4.18	4.18. Garantir que as escolas de Educação Básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do Projeto Político-Pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
4.19	4.19. Disponibilizar recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 1018, 1019, 2056, 2064	NÃO	NÃO	SIM
4.20	4.20. Construir, ao longo da vigência deste Plano, uma escola com espaço adequado para atendimento das necessidades existentes na modalidade da Educação Especial.	2024	não contemplado	Ação 2010	NÃO	NÃO	SIM
5.1	5.1. Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na Pré-Escola, com qualificação e com apoio pedagógico específico.	2017	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
5.2	5.2. Criar política que garanta a permanência dos professores alfabetizadores para os 03 (três) primeiros anos do Ensino Fundamental.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	NÃO
5.3	5.3. Aplicar instrumentos de avaliação nacional, periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, a cada ano.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
5.4	5.4. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054	NÃO	NÃO	NÃO
5.5	5.5. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	2024	PPA (função12/ sub 365/programa 0010)	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
5.6	5.6. Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação	2024	PPA função 12/sub361/programa	Ação 2056	SIM	SIM	SIM

	entre programas de pós- graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.		0007				
5.7	5.7. Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	NÃO SE APLICA	EM AND	EM AND	SIM
5.8	5.8. Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura.	2024	PPA função 12/sub361/prog0007	Ação 2054	NÃO	NÃO	NÃO
5.9	5.9. Implantar, até o segundo ano de vigência do Plano, programas de incentivo à leitura.	2016	NÃO SE APLICA	Ação 2054	SIM	SIM	SIM
5.10	5.10. Garantir e incentivar a participação dos professores alfabetizadores no programa do PNAIC.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
6.1	6.1. Promover, com o apoio da União e do Estado, a oferta de Educação Básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 07 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.	2024	não contemplado	Ação 2054, 2062	SIM	SIM	EM AND
6.2	6.2. Instituir, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.	2024	LDO Relatório de projetos a executar: 1006 e 1009 / PPA Função 12/sub361/programa 0007	Ação 1017	NÃO	NÃO	SIM
6.3	6.3. Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.	2024	Não se aplica	Ação 2054	SIM	SIM	EM AND
6.4	6.4. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.	2024	Não se aplica	Ação 2057	SIM	SIM	SIM
6.5	6.5. Atender às escolas do campo com oferta de educação em tempo integral baseada em consulta prévia, considerando-se as peculiaridades locais.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2054	NÃO	NÃO	SIM
6.6	6.6. Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade, assegurando Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067	EM AND	EM AND	SIM
6.7	6.7. Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de	2024	PPA função 12/sub361/programa	Ação 2054	SIM	SIM	SIM



	educação nutricional.		0007				
6.8	6.8. Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.	2024	PPPA função 10/sub 306/programa 0016	Ação 2052	SIM	SIM	SIM
7.1	7.1. Estabelecer e implantar, mediante pactuação Interfederativa, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.2	7.2. Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.	a)2019 e b)2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	EM AND	EM AND	EM AND
7.3	7.3. Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.4	7.4. Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
7.5	7.5. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física das redes de ensino.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2054, 2056, 2062, 2064.	SIM	SIM	SIM
7.6	7.6. Apoiar o desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	NÃO
7.7	7.7. Definir políticas nas redes de ensino, de forma a atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices das escolas.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	EM AND
7.8	7.8. Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2054	SIM	SIM	NÃO
7.9	7.9. Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054	NÃO	NÃO	NÃO

	aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para <i>softwares</i> livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.						
7.10	7.10. Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre a Secretaria Municipal da Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2057	SIM	SIM	SIM
7.11	7.11. Promover, em regime de colaboração com União e o Estado, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2054	EM AND	EM AND	EM AND
7.12	7.12. Apoiar a ampliação de programas e ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2052, 2057, 2054, 2062, 2059.	SIM	SIM	EM AND
7.13	7.13. Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007 e Sub 367/programa 0012	Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055, 2063.	EM AND	EM AND	EM AND
7.14	7.14. Apoiar a institucionalização e manutenção, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055, 2063	EM AND	EM AND	SIM
7.15	7.15. Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055, 2063	EM AND	EM AND	EM AND
7.16	7.16. Adotar os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino, estabelecidos pela União, em regime de colaboração com os entes federados, no prazo de 02 (dois) anos, contados da publicação deste plano.	2017	NÃO SE APLICA	Ação 1019, 2054, 1020, 2062,2055, 2063	SIM	SIM	SIM
7.17	7.17. Informatizar a gestão das escolas públicas e Secretaria da Educação, bem como de programas de formação inicial e continuada do pessoal técnico da Secretaria Municipal da Educação.	2024	não contemplado	Ação 2054, 2053.	SIM	SIM	SIM
7.18	7.18. Apoiar e implementar políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2056, 2064.	SIM	SIM	SIM

	ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.						
7.19	7.19. Apoiar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.20	7.20. Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.21	7.21. Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais e de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em Educação Especial.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007, Sub367/programa 0012 e Sub 365/programa 0010	Ação 2054, 2056, 2064, 2067.	SIM	SIM	SIM
7.22	7.22. Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.	2024	PPA função 12/sub367/programa 0012	Ação 2067, 2054, 2062.	SIM	SIM	SIM
7.23	7.23. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.24	7.24. Articular a área da educação, no âmbito local, com as áreas da Saúde e Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional e o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.25	7.25. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.26	7.26. Apoiar ações voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054, 2062.	SIM	SIM	NÃO
7.27	7.27. Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica, com participação, por adesão, da Rede Municipal de Ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	NÃO
7.28	7.28. Promover a formação de leitores e a capacitação de professores e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura.	2024	PPA função 12/sub361/programa	Ação 2056	NÃO	NÃO	EM AND

			0007				
7.29	7.29. Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.30	7.30. Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica acessibilidade física, bem como energia elétrica, abastecimento de água, saneamento básico e manejo dos resíduos sólidos, garantindo aos estudantes espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007, Sub367/programa 0012 e Sub 365/programa 0010	Ação 1019,2062	EM AND	NÃO	EM AND
7.31	7.31. Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.32	7.32. Instituir política de preservação da memória municipal.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
7.33	7.33. Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos Projetos Político-pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
7.34	7.34. Apoiar e incentivar o aprimoramento do Ensino Médio, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2059	SIM	SIM	SIM
7.35	7.35. Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054, 2062.	SIM	SIM	SIM
8.1	8.1. Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054	EM AND	EM AND	SIM
8.2	8.2. Implementar programas de Educação de Jovens e Adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2066	SIM	SIM	SIM
8.3	8.3. Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos Ensinos Fundamental e Médio e garantir acesso gratuito a esses exames.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
8.4	8.4. Incentivar e apoiar a oferta gratuita de Educação Profissional técnica por parte das entidades privadas e públicas para os segmentos populacionais considerados.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2060	SIM	SIM	SIM
8.5	8.5. Promover, em parceria com as áreas de Saúde e Assistência Social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando os motivos de absenteísmo para estimular a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a ampliar o atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2060	NÃO	NÃO	SIM

8.6	8.6. Promover, em parceria com o Estado e as áreas de Saúde e Assistência Social, a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
8.7	8.7. Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
8.8	8.8. Consolidar a educação escolar no campo para populações tradicionais, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2054	NÃO	NÃO	SIM
8.9	8.9. Garantir, em regime de colaboração entre as Redes Estadual e Municipal, formação permanente aos docentes em temas contemporâneos como os direitos humanos, os contextos sociais, culturais e ambientais, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento de preconceitos.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2056.	NÃO	NÃO	SIM
9.1	9.1. Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos a todos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.	2017	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2066	SIM	SIM	SIM
9.2	9.2. Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos.	2017	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	EM AND
9.3	9.3. Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica e estimular a continuidade dos estudos para completar a escolarização básica.	2017	NÃO SE APLICA	Ação 2066	SIM	SIM	SIM
9.4	9.4. Reestruturar a organização de atendimento à EJA hoje existente no Município para que o aluno não precise aguardar o fechamento de turmas para ter acesso a essa modalidade de ensino.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
9.5	9.5. Reorganizar os horários de atendimento da EJA para que os interessados que trabalham em turnos especiais possam ter acesso a esta modalidade em período diurno.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
9.6	9.6. Executar ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico, em articulação com a área da saúde.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2066, 2052, 2057.	EM AND	EM AND	SIM
9.7	9.7. Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2066	NÃO	NÃO	SIM
9.8	9.8. Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e o Sistema de Ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
9.9	9.9. Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2066, 2060.	NÃO	NÃO	EM AND
9.10	9.10. Ampliar, produzir e garantir a distribuição de material didático e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2066	NÃO	NÃO	EM AND
9.11	9.11. Implementar currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	EM AND
9.12	9.12. Considerar, nas ações voltadas à Educação de Jovens e Adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2066	NÃO	NÃO	EM

	promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, realizando atividades de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos mesmos.						AND
9.13	9.13. Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da Educação Básica.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	EM AND
9.14	9.14. Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
10.1	10.1. Aderir e participar de Programa Nacional de Integração da Educação Básica à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
10.2	10.2. Expandir, em parceria com o Estado, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2066, 2060.	NÃO	NÃO	SIM
10.3	10.3. Estimular, em parceria com o Estado e a União, a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características deste público, principalmente os jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	EM AND
10.4	10.4. Aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
10.5	10.5. Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo espaço pedagógico adequados as características desses alunos.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
10.6	10.6. Apoiar, em parceria com o Estado e a União, a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias e instrumentos de avaliação específicos para a Educação de Jovens e Adultos.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2066	NÃO	NÃO	EM AND
10.7	10.7. Garantir a formação continuada e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.	2024	PPA função 12/sub361/programa 0007	Ação 2066	NÃO	NÃO	SIM
10.8	10.8. Apoiar a adesão ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011	Ação 2066, 2060.	NÃO	NÃO	EM AND
10.9	10.9. Garantir alimentação saudável e adequada e transporte para os estudantes da educação de jovens e adultos integrado à educação profissional.	2024	PPA Função 12/ Sub 366/programa 0011, Função 10/sub 306/programa 0016	Ação 2066, 2052, 2057.	NÃO	NÃO	SIM
10.10	10.10. Estimular as matrículas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2066	NÃO	NÃO	SIM



escolaridade do trabalhador.							
11.1	11.1. Apoiar a política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
11.2	11.2. Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2060	SIM	SIM	SIM
11.3	11.3. Incentivar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
11.4	11.4. Incentivar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
11.5	11.5. Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
11.6	11.6. Incentivar o atendimento do Ensino Médio gratuito, integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades, bem como para o público da Educação Especial.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2060	NÃO	NÃO	SIM
11.7	11.7 Buscar cursos de capacitação profissionalizante de jovens como o Programa Jovem Aprendiz	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2060	SIM	SIM	SIM
11.8	11.8 Garantir transporte dos estudantes da Educação Profissional Técnica	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2060, 2057.	SIM	SIM	SIM
12.1	12.1. Apoiar, em regime de colaboração com a União e o Estado, o acesso dos alunos do Município às instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.	2024	PPA Função 12/bub 364/programa 0009	Ação 2061, 2057.	SIM	SIM	SIM
12.2	12.2. Apoiar, em regime de colaboração com a União e Estado, a oferta de Educação Superior pública e gratuita para a formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas onde há déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da Educação Básica.	2024	PPA Função 12/bub 364/programa 0009	Ação 2061, 2057.	SIM	SIM	NÃO
12.3	12.3. Apoiar, em regime de colaboração com a União e Estado, as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de Educação Superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	NÃO
12.4	12.4. Apoiar, em regime de colaboração com a União e Estado, os programas e projetos de extensão universitária, a serem realizados no Município.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2061.	SIM	SIM	NÃO
12.5	12.5. Apoiar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	NÃO
12.6	12.6. Monitorar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da Educação Especial, nas instituições de Ensino Superior.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
12.7	12.7. Apoiar a consolidação e ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM

12.8	12.8. Incentivar o acesso dos munícipes ao Ensino Superior, assim como a continuidade dos estudos dos munícipes na forma de Pós-graduação lato sensu através da oferta de transporte.	2024	PPA Função 12/bub 364/programa 0009	Ação 2061, 2057.	SIM	SIM	NÃO
12.9	12.9. Incentivar a implantação e permanência de IES ou Polos no Município.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2061.	NÃO	NÃO	SIM
13.1	13.1. Apoiar a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
13.2	13.2. Incentivar a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas e nas instituições privadas e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
13.3	13.3. Incentivar a continuidade dos estudos dos munícipes na forma de Pós-graduação stricto sensu.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2057.	SIM	SIM	SIM
14.1	14.1. Apoiar a expansão do financiamento da Pós-Graduação stricto sensu.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
14.2	14.2. Compactuar com estabelecimento de parcerias do Estado com os órgãos e agências oficiais de fomento nos diversos programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação catarinense, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
14.3	14.3. Incentivar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
14.4	14.4. Incentivar a oferta de bolsas de estudos de Pós-Graduação aos professores e demais profissionais da Educação Básica das redes públicas de ensino.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
14.5	14.5. Incentivar a articulação entre Graduação, Pós-Graduação e núcleos de pesquisas, para estudos e elaboração de currículos/propostas pedagógicas que incorporem ao processo de ensino-aprendizagem, questões sobre educação especial, relações étnico-raciais, o enfrentamento a todas as formas de discriminação, a educação ambiental, quilombola, indígena, dos povos do campo e comunidades tradicionais.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
14.6	14.6. Incentivar a articulação entre Pós-Graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da Educação Básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
15.1	15.1. Cooperar com a União e o Estado, através de ações conjuntas, a fim de organizar a oferta de cursos de formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação.	2024	Não se aplica	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
15.2	15.2. Incentivar a docência a estudantes matriculados em cursos de graduação, a fim de aprimorar a formação dos profissionais para atuarem no magistério da Educação Básica de acordo com a necessidade por área de conhecimento.	2024	Não se aplica	Ação 2061, 2057.	SIM	SIM	SIM



15.3	15.3 Divulgar sobre o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de Educação Básica	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
15.4	15.4. Estimular o acesso aos programas específicos de formação, a nível de licenciatura, para profissionais que atuam nas escolas do campo, Educação Especial.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2061, 2057.	SIM	SIM	SIM
15.5	15.5. Apoiar a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
15.6	15.6. Oportunizar e valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da Educação Básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
15.7	15.7. Apoiar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2061, 2057.	SIM	SIM	SIM
15.8	15.8. Manter formação continuada em serviços, a todos os profissionais da Educação Básica, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007	Ação 2056, 2064	SIM	SIM	SIM
15.9	15.9. Incentivar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2056, 2064, 2053.	NÃO	NÃO	NÃO
15.10	15.10. Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da Educação Básica, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007	Ação 2056, 2064	SIM	SIM	SIM
15.11	15.11. Fomentar a produção de material didático, a criação de metodologias específicas e a elaboração de instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação inicial e continuada de docentes da rede pública.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
15.12	15.12. Incentivar a ampliação de políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2056, 2064	NÃO	NÃO	NÃO
15.13	15.13. Ampliar o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007	Ação 2056, 2064	NÃO	NÃO	EM AND
16.1	16.1. Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de Pós-Graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Município.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	EM AND
16.2	16.2. Apoiar política estadual e nacional de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes estaduais, áreas prioritárias, instituições formadoras.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
16.3	16.3. Apoiar e garantir políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2056, 2064	NÃO	NÃO	NÃO
16.4	16.4. Estimular a articulação entre a Pós-Graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo de alfabetização no atendimento da população de até oito anos.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO

17.1	17.1. Constituir o fórum permanente no Município para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
17.2	17.2. Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
17.3	17.3. Respeitar o cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino e em um único estabelecimento escolar.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	EM AND
17.4	17.4. Buscar junto à União e ao Estado, a assistência financeira específica para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, mantendo ou melhorando o piso salarial nacional profissional.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
18.1	18.1. Realizar, a cada 2 (dois) anos, a atualização do Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal dos profissionais da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal.	2016	PPA Função 12/sub 361/programa 0007	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
18.2	18.2. Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007	Ação 2056, 2064, 2054,2062.	SIM	SIM	SIM
18.3	18.3. Contribuir para o estabelecimento de ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
18.4	18.4. Estruturar a Rede Pública Municipal de Educação Básica, de modo a que pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	EM AND	EM AND	EM AND
18.5	18.5. Assegurar a realização de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
18.6	18.6. Acompanhar os profissionais iniciantes da Educação Básica, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
18.7	18.7. Fiscalizar o repasse de transferências federais voluntárias, na área de educação, para o Município que tenha aprovado Lei específica estabelecendo planos de Carreira para os(as) profissionais da educação.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
18.8	18.8. Estimular a existência de comissões e fóruns permanentes de profissionais da educação de todos os sistemas públicos de ensino atuando em todas as instâncias do Estado, para subsidiar os órgãos, na atualização dos planos de carreira.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
18.9	18.9. Manter, no Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal, que as escolas de Educação Básica ofereçam serviços de Assistente Técnico Pedagógico (quando necessário devido ao número de alunos) realizado por profissionais habilitados na área.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2054, 2062.	SIM	SIM	SIM

19.1	19.1. Fiscalizar o repasse de transferências na área da educação, para o Município, que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	EM AND
19.2	19.2. Apoiar e incentivar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.	2024	PPA Função 12/sub 361/programa 0007	Ação 2053.	SIM	EM AND	SIM
19.3	19.3. Instituir o Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
19.4	19.4. Estimular, em todas as redes de Educação Básica, o fortalecimento de associações de pais, proporcionando espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
19.5	19.5. Estimular, em todas as redes de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
19.6	19.6. Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
19.7	19.7. Desenvolver programa de formação continuada para gestores das escolas.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
19.8	19.8. Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de três anos, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.	2017	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
19.9	19.9. Institucionalizar instrumentos de avaliação da gestão escolar da Educação Básica e demais profissionais da educação, através de Avaliação Institucional, no prazo de 02 (dois) anos após a publicação deste Plano.	2016	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
19.10	19.10. Divulgar, através do portal de transparência, utilização dos recursos públicos aplicados na educação da Rede Municipal de Ensino.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
19.11	19.11. Fortalecer os Conselhos Municipais de Educação, da Alimentação Escolar e do FUNDEB, como órgãos autônomos, plurais e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2053	SIM	SIM	SIM
19.12	19.12. Capacitar os profissionais da educação para desenvolvimento das ações dos Conselhos Escolares com eficácia.	2024	NÃO SE APLICA	Ação 2053	EM AND	NÃO	EM AND
19.13	19.13. Acompanhar constantemente o Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas pelo Município.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.1	20.1. Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.2	20.2. Cooperar, com a União e o Estado, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM

20.3	20.3. Acompanhar a destinação à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212 da Constituição Federal.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.4	20.4. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração entre as Secretarias de Educação do Estado e do Município, os Tribunais de Contas do Estado e do Município e o Ministério Público.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	SIM
20.5	20.5. Desenvolver, com apoio da contabilidade da Secretaria da Fazenda Municipal, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
20.6	20.6. Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
20.7	20.7. Acompanhar a regulamentação do § 4, do Art. 164, da Constituição Estadual, no prazo de 02 (dois) anos, por Lei Complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e o Município, em material educacional, e a articulação do Sistema Municipal de Ensino em regime de colaboração, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais locais.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.8	20.8. Buscar, junto à União e Estado, a complementação de recursos financeiros para o Município quando não atingir o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO	NÃO	NÃO
20.9	20.9. Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.10	20.10. Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.11	20.11. Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e do Município, e os respectivos PPAs, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.12	20.12. Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM
20.13	20.13. Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.	2024	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	SIM	SIM	SIM